



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0063/08	DATA: 29/02/2008
INÍCIO: 15h57min	TÉRMINO: 19h11min	DURAÇÃO: 03h13min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h13min	PÁGINAS: 66	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAVÃO FILHO – Deputado Estadual.
CÉSAR BOMBEIRO DE CASTRO LOPES – Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão.
LUCA MANIENTE – Representante da Pastoral Carcerária do Estado do Maranhão.
LUÍS ANTÔNIO CÂMARA PEDROSA – Representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos.
JOSÉ GUILHERME CARVALHO ZAGALLO – Vice-Presidente da Seccional da OAB do Estado do Maranhão.
ALBERTO GUILHERME DE ARAÚJO SILVA – Representante da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.
MARIA DA GRAÇA FERNANDES TRINTA – Coordenadora do Instituto Renascer.
JAMIL AGUIAR DA SILVA – Juiz da Vara de Execuções Penais de São Luís, Estado do Maranhão.
SINDONIS SOUZA DA CRUZ – Secretário-Adjunto de Administração Penitenciária do Estado do Maranhão.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre o sistema carcerário no Estado do Maranhão.

OBSERVAÇÕES

Reunião de audiência pública realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão. Há fala do Deputado Estadual Pavão Filho antes do início formal da reunião. Há palavra ininteligível. A gravação foi interrompida antes do final da reunião. Não foi gravado o final da reunião.



O SR. PAVÃO FILHO - Boa-tarde a todos, senhores e senhoras aqui presentes. É um prazer muito grande recebermos na Assembléia Legislativa do Maranhão a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados que investiga a situação do sistema carcerário no Brasil. É um prazer muito grande receber esta Comissão em nosso Estado e em nossa Assembléia, que disponibilizou todo o apoio, toda a estrutura para a Comissão Parlamentar de Inquérito em nosso Estado, que tem 2 Deputados Federais integrando a Comissão, o Deputado Pinto Itamaraty e o Deputado Domingos Dutra. O Deputado Domingos Dutra foi, inclusive, Deputado nesta Casa, juntamente conosco.

Neste momento eu quero passar o comando do plenário ao Presidente da CPI do Sistema Carcerário, Deputado Neucimar Fraga. A partir de agora o plenário fica 100% à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Deputado Neucimar Fraga, o comando dos trabalhos é de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Declaramos abertos, neste momento, os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal, que foi criada com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário do nosso País.

Nós estamos acompanhados aqui do autor do requerimento de criação desta Comissão, o nobre Deputado Domingos Dutra, que é do Maranhão, nosso companheiro do Partido dos Trabalhadores. S.Exa. também é Relator da CPI do Sistema Carcerário. Estamos acompanhados também do Deputado Pinto Itamaraty, que é do PSDB do Maranhão. O Deputado Felipe Bornier esteve conosco durante toda a manhã, mas depois do almoço teve de viajar.

Queremos também registrar a presença aqui do Presidente interino da Casa, Deputado Estadual Pavão Filho, e do Deputado Estadual Max Barros.

Eu queria aproveitar a oportunidade para registrar a presença e convidar para estar conosco à mesa o Deputado Ribamar Alves, nosso companheiro na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)* Queremos convidar para estar conosco à mesa o Dr. Jamil Aguiar da Silva, que é juiz da Vara de Execuções Penais. *(Pausa.)* Queremos convidar para estar conosco também o Sr. Sindonis, representando a Secretária de Justiça do Maranhão, que está em missão, acompanhando o Governador em Alagoas. *(Pausa.)* Quero convidar também o representante da Defensoria Pública



Estadual, Dr. Alberto Guilherme de Araújo. *(Pausa.)* Quero convidar também, representando aqui a OAB, o Sr. José Guilherme Carvalho Zagallo. *(Pausa.)* Quero convidar também o Sr. Luca, coordenador da Pastoral Carcerária aqui do Estado. *(Pausa.)* Convido também a Sra. Maria da Graça Fernandes, que é Coordenadora do Instituto Renascer. *(Pausa.)*

Nós convidamos um representante do sindicato dos agentes penitenciários para estar conosco também aqui na audiência. Ele esteve conosco nas visitas, mas não o estou vendo aqui no plenário. Não sei se deixou algum representante para falar em nome dos agentes penitenciários do Estado. Tem alguém? Está chegando?

(Pausa.)

Convidamos também o Promotor que atua na área de execução penal, representando o Ministério Público, para estar aqui.

O Ministério Público ficou de designar um representante, mas até o momento não se apresentou. Pergunto se há alguém representando o Ministério Público, designado por ele para falar aqui nesta audiência. *(Pausa.)*

Queremos agradecer a todos a presença. Queremos agradecer à Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão por nos ceder esse espaço para a realização desta audiência pública aqui no Estado do Maranhão. Queríamos agradecer também à Polícia Militar e à Polícia Civil o apoio que temos recebido, assim como à Polícia Federal, que nos acompanhou nas diligências realizadas durante o dia de hoje. Quero agradecer também o apoio da imprensa, que esteve presente em todas as unidades, registrando todos os fatos e episódios ocorridos dentro dessas unidades no dia de hoje, acompanhando a CPI do Sistema Carcerário. Queremos agradecer também à Secretaria de Justiça e Segurança do Estado, aqui representada pelo Sindonis e pela Socorro, que estão no plenário, pelo apoio e acompanhamento durante as nossas audiências no dia de hoje.

A CPI do Sistema Carcerário foi criada no dia 22 de agosto do ano passado, após requerimento apresentado pelo Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão, para investigar e diagnosticar o sistema carcerário brasileiro. Nós já visitamos 13 Estados, e o procedimento é o mesmo: visitas às unidades prisionais, seguidas de uma audiência, com a participação dos representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, Defensoria Pública, Direitos Humanos, Pastoral



Carcerária e representantes do Governo do Estado, para que possamos debater os problemas encontrados durante as vistorias.

Nós sabemos que o sistema carcerário brasileiro, a nosso ver, é um sistema falido e caótico, que não cumpre com as suas funções. Com raríssimas exceções, nós temos algumas experiências boas em alguns Estados, mas nem mesmo esses Estados conseguem imprimir essas experiências como padrão em todo Estado. Nós sabemos que o Brasil tem sido incluído, constantemente, nos relatórios das organizações internacionais como um dos países que desrespeitam os direitos humanos, principalmente no tratamento da sua população carcerária.

Somente no ano passado quase mil pessoas morreram dentro do sistema carcerário brasileiro. E houve mais de 70 mil fugas dos presídios do Brasil. A CPI está trabalhando para colaborar com propostas, sugestões ao Governo Federal, aos Governos Estaduais e, no final dos trabalhos desta Comissão, vamos fazer algumas propostas para mudança do sistema prisional, para mudança de regra no sistema, para mudança na legislação penal. E nós estamos discutindo e debatendo com todas as instituições que trabalham e acompanham o sistema carcerário do Brasil.

Esta CPI não foi criada para defender preso, nem defender Governo. É uma CPI que foi criada para defender um sistema que funcione e que dê resultados.

Nós sabemos que a população carcerária um dia vai sair de detrás das grades, porque não temos nem prisão perpétua nem pena de morte no Brasil. Então, todos eles, um dia, vão sair. E se o Estado, que tem a custódia dos mesmos, não os tratar com humanidade, com certeza muitos sairão de lá muito mais violentos do que entraram e muito mais desumanos do que entraram, e vão continuar causando transtornos e levando perigo para a sociedade. Tanto é verdade que, ao visitarmos as unidades prisionais, nós pudemos nos certificar de que mais de 60% dos apenados são reincidentes. Quando a gente pergunta, a maioria diz ter 2, 3, 4 processos. Ou seja, o nosso sistema carcerário não está cumprindo com as suas funções. E a CPI está trabalhando para colaborar com os Governos e sensibilizar os Governos da necessidade de investir no sistema. Porque investir no sistema carcerário brasileiro não é dar regalia para preso. Investir no sistema carcerário é garantir a segurança da população, porque, hoje, a maior parte dos crimes é comandada de dentro das cadeias brasileiras.



Conhecemos alguns problemas, mas não podemos cruzar os braços e aceitar esses problemas como padrão do Brasil. A pergunta mais comum: os problemas encontrados aqui são semelhantes aos dos demais Estados? Como se essa resposta pudesse responder todas as irregularidades cometidas em alguns Estados. Mas se a situação de um Estado é semelhante à do outro é sinal de que todos os Estados estão falhando e de que todos os Governos precisam voltar os seus olhares para a população carcerária, que cresce e que precisa ser tratada com humanidade, porque senão a sociedade vai continuar pagando um preço muito caro.

Muitas pessoas questionam: mas um preso custa muito para o Estado. Mas, às vezes, não pergunta a si mesma quanto custaria esse preso se ele estivesse solto. Poderia custar a sua vida ou a vida de um familiar seu. E eu não sei o que vale mais para cada um aqui. Mas eu tenho certeza de que a vida sempre vale mais.

Passo a palavra, neste momento, ao Deputado Domingos Dutra, Relator da CPI, para fazer uma saudação. Logo em seguida, vamos passar a palavra aos nossos convidados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Boa-tarde a todas e a todos; Deputado Neucimar Fraga, Presidente desta Comissão; Deputado Pinto, membro da Comissão; Deputado Ribamar Alves, que nos prestigia.

Quero saudar todos os presentes na Mesa e agradecer ao Deputado Pavão Filho, Presidente em exercício desta Casa, que deu toda a assistência necessária à Comissão Parlamentar de Inquérito. E, na pessoa de S.Exa., quero saudar todos os Deputados maranhenses e desejar que o Deputado João Evangelista, que está fora deste plenário por problema de saúde, recupere sua saúde imediatamente, para voltar ao convívio dos demais Deputados.

Quero também agradecer ao Deputado Rubens Pereira Júnior, que durante a parte da manhã prestou toda a assistência necessária à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós solicitamos esta CPI em virtude da violência crescente dentro e fora dos presídios; solicitamos em virtude das constantes rebeliões, principalmente no último ano, rebeliões sempre violentas, nas quais os rebelados, para se vingar da situação desumana em que se encontravam, sempre matavam outros colegas, exibiam cabeças espetadas em pontas de varas; solicitamos em função de denúncia de



maus-tratos; solicitamos também esta CPI em virtude do fato de que os presos no Brasil custam muito caro.

Esta CPI é uma CPI diferente das demais. Primeiro, não foi solicitada pela Oposição para fustigar o Governo. Segundo, não é uma CPI solicitada pelo Governo para evitar que a Oposição exerça o seu papel. O que motivou esta CPI foi uma preocupação com o conjunto da sociedade brasileira. É uma CPI diferente porque nós também não partimos do princípio de indiciar ninguém, mas é evidente que, ao final dela, com certeza, algumas autoridades serão indiciadas pela omissão flagrante que temos constatado pelo Brasil afora.

Como disse o Presidente, esta não é uma CPI que está defendendo o direito de presos, principalmente uma minoria de presos que praticou crimes violentos. Esta CPI é do sistema carcerário. Nós estamos preocupados com os presos, estamos preocupados com todos os agentes públicos que trabalham no sistema penitenciário: os agentes penitenciários, os policiais civis, os policiais militares, os diretores, todos aqueles que trabalham com o sistema. Estamos preocupados com o Poder Judiciário, que tem papel decisivo nos males que o sistema carcerário enfrenta hoje.

Queremos também discutir com o Ministério Público, porque o Ministério Público, igualmente, tem um papel relevante para o sistema. Queremos discutir com os advogados, tanto os advogados defensores públicos, pagos pelo Estado, quanto os advogados contratados particularmente — e muitos deles abandonam a causa no meio do caminho, deixando o preso sem nenhuma assistência.

Portanto, temos uma CPI que não é nem da Oposição, nem do Governo. Nós queremos que a sociedade brasileira abrace esta Comissão. Porque, como disse o Deputado Neucimar Fraga, e é consenso na Comissão, se a sociedade brasileira não resolver o problema dos encarcerados, nós também não teremos paz. Não adianta cada um se armar com carros blindados, botar grades de ferro nas portas, cerca elétrica nas suas casas, se a gente não enfrentar a criminalidade e não humanizar os presídios, porque boa parte dos crime é comandada de dentro das cadeias pelos chamados chefes das organizações criminosas, pelo Comando Vermelho, pelo PCC, pela Seita Satânica e tantas outras organizações que hoje controlam o sistema carcerário. E aqueles que saem da cadeia, como não há política



de ressocialização, e o Estado não lhes oferece nem educação, nem trabalho, é evidente que esse preso, ao sair, vai cometer novos crimes. Portanto, todos nós estaremos correndo riscos.

Esta CPI é uma CPI da sociedade brasileira. Por isso, agradecemos à imprensa. Temos tido dificuldade em alguns Estados, porque os Governos teimam em esconder uma realidade que só aparecia da forma mais dramática e bárbara, sempre presos exibindo outros presos já mortos como sinal da revolta. Os Governos não podem esconder essa realidade. Os Governos têm que abrir as cadeias para a imprensa, porque essa é uma responsabilidade solidária de Governos Estaduais, do Governo Federal, do Congresso Nacional. O Congresso Nacional tem uma responsabilidade muito grande, porque formula leis sem base na realidade e quase sempre com efeitos danosos para o sistema.

Esta é uma CPI que tem muitos responsáveis pelo caos que aí está: o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Poder Executivo. Mas nós também queremos dialogar com a sociedade, porque se a sociedade não entender que tem que cuidar dos seus presos, evidentemente, não vai pressionar o Deputado, não pressiona o Prefeito, não pressiona o Governador, não se importa porque o juiz não visita os presos, e aí esses presos ficam mofando no canto de uma cela. E no final todos nós pagaremos a conta.

Portanto, gostaríamos que todos que vierem aqui contribuir, primeiro, abram o coração. O que souberem de irregularidades gostaríamos que revelassem. Se tiverem alguma informação confidencial, a CPI fará uma audiência secreta para que vocês possam falar tudo o que quiserem. Mas, principalmente, nós gostaríamos que houvesse o oferecimento de sugestões para que, ao final, o relatório desta Comissão possa contribuir com o Brasil e para que todos nós possamos viver em paz.

Obrigado, mais uma vez, ao Deputado Pavão Filho. E desejo que esta audiência tenha o sucesso que todos nós esperamos, contribuindo para que o Brasil possa, em breve, ter uma sociedade mais justa, mais humana e, sobretudo, em paz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Deputado Domingos Dutra. E quero parabenizá-lo pela sua luta em favor das minorias do nosso País.



Passo a palavra ao representante dos agentes penitenciários do Estado do Maranhão, presidente do sindicato da categoria, Sr. César Bombeiro de Castro Lopes, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. CÉSAR BOMBEIRO DE CASTRO LOPES - Boa-tarde, Srs. Deputados Federais, componentes da Mesa e senhores convidados. Sou César Bombeiro de Castro Lopes. Sou presidente do sindicato do sistema penitenciário. Gostaria de relatar algumas coisas que acontecem dentro do sistema penitenciário e que os senhores da sociedade não têm conhecimento. Uma das causas: por que acontecem rebeliões dentro do sistema penitenciário? As rebeliões acontecem porque os Governos dos Estados, não só do nosso, mas de todo o Brasil, talvez do mundo todo, não dão oportunidade aos agentes penitenciários, principalmente para os presos. A partir do momento em que eles são condenados, eles já estão pagando pelos erros que cometeram. E quando chegam aos presídios, por incrível que pareça, não há assistência adequada para eles, psicológica, social, médica. E um dos detalhes que causam mais revolta entre os presidiários é a falta de medicamentos, de uma boa alimentação. Então, é muito difícil conter a revolta dos presos. Aí acontece que o Estado faz um concurso público, o agente penitenciário passa 3 meses em uma academia aprendendo teorias. Quando chega ao presídio, a teoria é totalmente diferente da prática. E quando acontece algo que o agente se emociona, que o preso joga café nele, cospe, joga sangue, fezes, ele parte para cima do preso. Isso aconteceu não com 1 nem com 2 agentes penitenciários. Agente penitenciário é diferente de outra profissão, totalmente diferente. É a profissão mais estressante do mundo. Porque ele tem que sofrer calado. Quando ele faz algo errado, vêm os direitos humanos em cima dele, vem Corregedoria do sistema penitenciário. É uma profissão muito difícil a do agente penitenciário. E por que a revolta do preso? Como eu disse, eles ficam totalmente ociosos, só pensando besteira, uma maioria incentivando os familiares a levar drogas, celulares para dentro dos presídios — várias vezes já apareceram homens e mulheres levando celulares em seus meios íntimos. E também temos colegas que são corruptos. O sindicato é contra isso. Como em toda categoria, têm corruptos. Há corruptos no Ministério Público, no Judiciário, no Legislativo. Não é entre os agentes penitenciários que vai deixar de ter. Agora, o que está acontecendo dentro do



sistema penitenciário? O Estado não dá condições para o agente penitenciário. Vocês sabiam que a arma que temos dentro do sistema penitenciário é comprada pelo agente penitenciário, com seu dinheiro? As armas do sistema, todas elas, têm no mínimo 10 anos, sem qualquer manutenção. Vocês não sabiam disso, não é? Vocês sabiam que quando há fuga no sistema penitenciário é porque não tem PM na guarita? A culpa não é da PM, é do Governo do Estado, que tira o PM de dentro da guarita. O preso escala o muro, pula o muro, e aí perguntam como foi que ele pulou o muro. Ora, é evidente, se não há segurança externa no presídio, ele vai embora. E a segurança interna, que é o agente penitenciário, tem o quê? Hoje, na Casa de Detenção, nós temos quase 900 presos para 6, 7 agentes de plantão. Então, é um verdadeiro milagre, como os Srs. Deputados viram lá hoje. É um depósito de presos, é um preso em cima do outro. É uma profissão de alto risco. Nosso risco, Deputado, não era para ser de 100%. Espero que os senhores façam esse relatório e coloquem lá que o risco de vida do agente penitenciário é de 500%. Porque ali é arriscado mesmo, de verdade. E o nosso efetivo? Trabalhamos 24 por 72. Como eu acabei de dizer, a penitenciária tem aproximadamente, hoje, 800 presos, 8 homens de plantão. A Casa de Detenção, aproximadamente, 900, 7 homens de plantão. E vai embora. Imperatriz tem 225 presos. Sabem quantos homens tiram plantão lá? Dois. É um verdadeiro cubículo. O agente penitenciário que está na permanência — só existe uma permanência lá — não sabe o que acontece lá no final, porque não dá para a gente olhar lá no final. Se os presos se matarem, vamos saber só no outro dia, na tranca ou na destranca. Então, é uma carreira muito preocupante, muito difícil. Além do mais, o Governo do Estado, ou a Secretaria, não olha o agente penitenciário de uma maneira mais decente. Falta diálogo. Há discriminação. Há perseguição. Então, acredito que, com o relatório da CPI, acredito que mudem algumas atitudes de todas as Secretarias do Brasil, principalmente do Maranhão. E um outro detalhe que todos nós temos que fiscalizar são essas obras faraônicas que estamos fazendo no sistema penitenciário, que você não vê uma placa dizendo que dia vai iniciar, que dia vai terminar e quanto ela custa. Ninguém sabe quanto custa uma obra. Mas nós, do sindicato, sabemos que são milhões e milhões. Aí fazem uma reformazinha, pintam uma parede, lá se vão 500 mil reais. Então, o sistema penitenciário, hoje, do Maranhão, está totalmente falido,



acabado. O nosso milagre hoje aqui vai ser esta CPI, se mudar alguma coisa. Porque eu falei ali com o Deputado: “*Deputado, vamos visitar Imperatriz*”. Ele disse: “*Quantos quilômetros têm para Imperatriz?*” Eu disse: “*Setecentos quilômetros*”. Ele coçou a cabeça. Eu disse: “*Esse não vai*”. Então, para o sistema penitenciário, enquanto os eleitores não votarem, para os políticos, não vai valer nada. Nós vamos fazer aqui 10 CPIs, milhares de seminários e congressos, a que nós já assistimos aqui, principalmente nesta Casa, e não resolveu nada. Muito pelo contrário, cada dia está é pior. Então, se o sistema está podre, a podridão não é do agente penitenciário. A podridão está no Governo do Estado, que não dá a menor condição para a gente trabalhar. Falta psicólogo, falta advogado. Faltam condições. Têm funcionários dentro do sistema penitenciário que estão há mais de 10 anos e não ganham adicional de insalubridade. E eu, agente penitenciário, ganho. Como é que pode haver discriminação com 2 profissões ao mesmo tempo dentro de um setor, um ganha e outro não, se correm o mesmo risco? Então, senhores, é muito difícil mostrar a situação do agente penitenciário. Tem agente penitenciário que tem até medo, hoje, de entrar em pavilhão, porque a história mudou. Se você olhar feio para um preso e se ele disser para o advogado dele e for à Corregedoria ou aos Direitos Humanos, vão abrir uma sindicância para saber por que foi que ele olhou feio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dois minutos para concluir.

O SR. CÉSAR BOMBEIRO DE CASTRO LOPES - Então, existem direitos humanos para os presos, existem direitos humanos para os familiares dos presos, mas não existem direitos humanos para os funcionários do sistema penitenciário. Para o funcionário do sistema penitenciário não existe nada, nada, nada e nada. Existem só rigorosidade no serviço, punições. Eles não querem saber como é que a gente faz. A polícia prende um assaltante de banco aqui, vem um helicóptero aqui em cima, com 30 carros, um atrás do outro. Aí deixa no sistema penitenciário. Aí o que acontece? Esse mesmo preso, que veio escoltado por quase 100 homens, o agente penitenciário leva com 2 agentes e um revolverzinho. Então, é difícil fazer segurança no sistema penitenciário, muito difícil. Deputados, estão terceirizando o sistema penitenciário do Estado do Maranhão. O Governador do Estado, na época da eleição, criticava tanto os Governos anteriores porque privatizaram o BEM, a



CEMAR e outros mais. Por tudo o que o Governador falou no palanque, se ele terceirizar o sistema penitenciário, não estará cumprindo com a palavra dele.

E o Jackson Lago foi eleito pelo povo e passou 40 anos criticando os Governos anteriores. De repente, no primeiro ano dele, o que ele vai fazer? Terceirizar o sistema penitenciário. Todos nós sabemos que segurança é dever do Estado. A partir do momento que terceirizar, é outra história. Se eles não estão respeitando nós, que somos preparados e qualificados para trabalhar ali, imaginem uma empresa de vigilância. Então, Governador Jackson Lago, Deputados da CPI, coloquem no seu relatório concurso público para agente penitenciário, para psicólogo, advogado, assistente social, médico, de que precisa o sistema penitenciário e que não existem. Quero saber quem vai trabalhar no famoso Cadeião. Por que eu chamo Cadeião? Porque ficou o apelido pela mídia de Cadeião. Quem vai responder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para concluir.

O SR. CÉSAR BOMBEIRO DE CASTRO LOPES - Quem vai trabalhar no Cadeião? Disseram que não tem. Então, Deputado, no seu relatório, peça concurso público urgente urgentíssimo para o quadro dos funcionários do sistema penitenciário do Estado do Maranhão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado. Nós é que agradecemos ao presidente do sindicato dos agentes penitenciários, que esteve conosco nas visitas de hoje, acompanhando as oitivas da Comissão.

Passo a palavra, neste momento, ao representante da Pastoral Carcerária, Sr. Luca Maniente.

Quero registrar a presença do Sr. Sílvio Bembem, Secretário Adjunto da Igualdade Racial. Registro também a presença do Sr. Franklin Douglas, Secretário Adjunto da Secretaria do Trabalho.

O SR. LUCA MANIENTE - Boa-tarde a todos os Deputados que estão aqui, a todo o pessoal que acompanha esta assembléia. Como Pastoral Carcerária, nós visitamos todos os presídios com os nossos agentes da Pastoral Carcerária. Queria destacar algumas coisas. Superlotação é uma coisa bem conhecida em todo o sistema penitenciário do Brasil. No Maranhão não é diferente. Para uma vaga há 2,8 presos. Outra coisa que também acho muito importante é que a maioria dos presos



estão recolhidos em São Luís. Como acabou de dizer o nosso amigo César, Imperatriz dista 700 quilômetros, e 80% dos presos estão recolhidos em São Luís. Com certeza, não são todos de São Luís. Isso significa estar longe da família, longe da comarca, com dificuldade de atendimento do juiz e da família, 2 elementos importantes para que a pessoa possa ter confiança em si mesma e se resgatar. Acho que a construção do novo centro, que vai recolher mais de 400 presos em Pedrinhas, vai carregar, de maneira muito pesada, um único bairro da cidade de São Luís, prejudicando também o funcionamento e a vida do povo daquele bairro de Pedrinhas, que existe antes que fosse construída a penitenciária, que nasceu como penitenciária agrícola, mesmo que alguém tenha dito o contrário. É muito mais antiga. A assistência jurídica é uma coisa muito importante. Os juízes não freqüentam a penitenciária, só alguns. O nosso amigo Jamil já foi 3 vezes só neste ano. A demora no atendimento e no julgamento, além do prazo legal... Tem pessoa que, quando é julgada, como o Sr. Magno, acaba sendo solta, mas passou mais do tempo preso do que foi condenado. Passou 4 anos e foi condenado por 3 anos. Isso não é um único caso, são muitos, além de alguns que ficam presos além do tempo. Os papéis... porque a Vara de Execuções manda... Na casa o andamento é meio desorganizado, e os pedidos de livramento condicional ou de progressão de regime não são respeitados. Aí o preso, que tem que pagar por aquilo que fez, vai ficar cada vez mais revoltado e gerando outras dificuldades. Uma coisa muito grave é a falta completa de um presídio feminino. Aquilo que temos no CRISMA é uma adaptação feita às pressas, no ano passado, com capacidade de 50 presos e com, agora recolhidos, 76, junto com as crianças. O lugar destinado ao berçário não tem mais. Presas ficam com os meninos de colo com todas as complicações, não só de convivência, mas também de saúde. Outra coisa que queríamos destacar são as condições de saúde. Todos os sistemas têm, no papel, uma estrutura de enfermaria com médicos e até um gabinete odontológico, que infelizmente não funciona há muito tempo. Alguns outros companheiros de outras igrejas, um dia, me pediram para acompanhar e arrecadar dinheiro para fazer funcionar esse gabinete. Eu disse: sinto muito. Mesmo tendo dinheiro, eu não daria, porque este é dinheiro já gasto pelo Estado, e não está funcionando. Os medicamentos básicos, tipo analgésicos, não têm e, quando têm, são dados em medida diferente. O preso assina ter recebido



3 e recebeu 1. A saúde não é só tratamento médico imediato, mas também caso sério: feridas e tudo o mais. Quando um precisa de um atendimento médico especializado, é difícil e demora para marcar em hospitais, já que não existe hospital penitenciário. Acaba, muitas vezes, não sendo levado e ficando com aquilo que tem, esperando não morrer no momento porque não tem agente nem carro para levar. Aí fica à vontade de Deus, que olha para baixo. O sistema de água do Pedrinhas, Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em 2001, a CAEMA fez a análise da água e detectou 3 mil coliformes fecais por litro de água. O consentido, por lei, é de 40 a 50. Isso porque o sistema de esgoto está bem em cima do poço de água. Até agora, sabemos que não se tem feito nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - A Presidência lhe concede mais 3 minutos para V.Sa. concluir sua exposição.

O SR. LUCA MANIENTE - Está certo. A última coisa que queria destacar é também toda aquela coisa que pertence à disciplina e à violência; ausência, muitas vezes, da segurança à qual o preso possa dizer aquilo que aconteceu acarreta uma vida bem sofrida. Por isso o preso sofre violência pelo outro colega, pelo agente e pelos policiais e não tem coragem de denunciar, porque não tem mais crédito nas instituições que deveriam garantir a incolumidade dele. Mas isso é também agravado porque o sistema de detecção das situações difíceis e de exames científicos é demorado demais. Teve um caso, um certo Osmar Serra, o IML declarou assim: *Não existe qualquer lesão que possa ser considerada resultante de suposta agressão de que foi vítima quando foi abordado e conduzido para a delegacia da Vila Embratel. O lapso temporal entre sua prisão e a presente data é suficiente para apagar quaisquer vestígios de lesões sofridas naquela época.* Quer dizer, o corpo de delito, se não é feito na hora, mas depois de uma semana ou 15 dias, pode ter apanhado muito bem e não apresenta mais nenhum...

Em uma conversa com o diretor ICRIM, disse que também os 35% das confissões são obtidas sob tortura, por falta de dotações científicas para poder fazer pesquisa, levantamentos e ver de onde vêm as causas. Se eu disparei com um revólver, um exame científico pode dizer se foi o meu revólver ou aquele do meu vizinho. Mas se não tem esses instrumentos e não são feitos, se vai por palavras e não por outras coisas. Por último, queria dizer que também todo o sistema de



educação e de ressocialização, que é através do trabalho, existe no papel, mas praticamente não funciona. A educação chega até a 4ª série, quando chega. Estrutura física tem. Tem no São Luís, no Pedrinhas, tem em outros estabelecimentos, já previsto no projeto, mas depois não são utilizados. E o professor vem hoje, depois chega daqui a 15 dias. Quando chega aqui 15 dias, tem um preso só, porque não pode ser conduzido, porque os agentes são poucos, e aí a perspectiva de sair de uma situação difícil de um preso fica comprometida de maneira definitiva. E não tem como olhar para um futuro e se comprometer a estudar, a tentar trabalhar, aprender uma profissão, para se ressocializar, mesmo o nosso Dr. Jamil tendo feito um bom esforço nesse último período para que pudessem muitos ter garantido a possibilidade de saída temporária para trabalhar. Só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao representante da Pastoral Carcerária.

Queremos convidar neste momento o Presidente do Conselho Estadual dos Defensores dos Direitos Humanos, Sr. Luís Antônio Câmara Pedrosa, para fazer uso da palavra.

O SR. LUÍS ANTÔNIO CÂMARA PEDROSA - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, corrigindo. A situação carcerária do Maranhão já foi abordada aqui com bastante competência pelos 2 outros expositores. E nós consideramos que boa parte do que a gente ia dizer o Padre Luca aqui já expôs. Nós vamos apenas acrescentar alguns dados em relação a essa situação. Nós trabalhamos em parceria, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos trabalha em parceria com várias entidades que o compõem, instituições públicas e entidades não pertencentes ao Estado. Então, nós nos dividimos e fazemos inspeções corriqueiras nas unidades prisionais, nas delegacias de polícia e também estabelecemos uma parceria importante com a OAB/Maranhão, que não compõe o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, mas tem atuado junto com a gente de forma permanente. O que é que nós entendemos como o problema carcerário do Maranhão? Em primeiro lugar, é preciso fazer uma visão de perspectiva em torno do funcionamento do sistema. O sistema penal brasileiro, de modo geral, é seletivo. Se você percorre as unidades prisionais e as delegacias de



polícia, você vai encontrar, majoritariamente ali, a população pobre do País: os negros, as pessoas que não tiveram acesso ao sistema formal de ensino, ao mercado de trabalho. Então, é um sistema que é seletivo e foi criado de acordo com uma lógica em que a prioridade não é que ele funcione. A prioridade é que ele isole determinado grupo populacional que incomoda a dita sociedade civilizada, a sociedade que tem acesso aos recursos, às informações, ao sistema de ensino, às políticas públicas. Então, há uma espécie de depósito, que é criado ali, para que esse sujeito seja isolado definitivamente. Ele, corriqueiramente, percorre o sistema penal, porque ele pratica determinadas condutas que são tipificadas no Código Penal, e essas condutas priorizam efetivamente o modelo, o processo penal que rege... O modo como essas pessoas vão ser presas facilita de modo definitivo que ele volte e seja preso e, depois que cumpre a pena, ele volta de novo, demora pouco tempo na sociedade, é de novo condenado. Então, esse é uma situação que é visível não só nas unidades prisionais do Estado do Maranhão, mas do Brasil inteiro. Então, é preciso fazer. Se for o caso de se discutir uma reforma do sistema penal brasileiro, é preciso pensar num sistema penal democrático. Na Europa, nos Estados Unidos, o que se discute hoje em termos de moderna criminologia é que esse modelo prisional está falido. Prisão não ressocializa. Isso é uma constatação teórica de doutrinadores que convivem em sistemas penais que não estão nesse estado de barbárie. Se a gente trouxesse um deles para cá, eu acho que seria até o caso de alguém ter um infarto quando visse a situação, porque, se lá na Europa há um debate muito profícuo a respeito dessa falência dos sistemas prisionais enquanto modelo de recuperação do ser humano, você imagine numa situação como a nossa. A nossa tem causa, tem origem, porque você não chega num abismo de repente. Esse abismo foi construído gradativamente, de modo que nós podemos apontar que houve um certo desleixo das autoridades ao longo de vários anos no Estado do Maranhão, primeiro não construindo novas aberturas de vaga, depois descuidando da infra-estrutura dos presídios, depois não pensando um modelo de recuperação social que envolva não só o Estado, mas a sociedade civil, o empresariado, de modo a responsabilizar não apenas o Estado, mas a própria sociedade, que deve se interessar pela recuperação de um interno, de um apenado, que fatalmente vai retornar para o seio da sociedade, porque não existe pena de morte nem pena



perpétua no Brasil. Então, esse desleixo é visível, porque nós visitamos hoje as unidades prisionais, encontramos a maioria delas em reformas, porque nós chegamos, uns 5 anos atrás, a um ponto de estrangulamento. Esse estrangulamento passou a ser mais visível a partir de uma sentença de um juiz de Direito, o anterior ao Dr. Jamil, que foi o Dr. Fernando Mendonça, que praticamente interditou a entrada de novos presos no sistema até que fossem abertas novas vagas, fossem criadas novas vagas nas unidades prisionais. Desde essa época que nós estamos batendo cabeça, porque foi o ano em que, vamos dizer assim, o sinal vermelho acendeu e não havia mais como o sistema nem prender. E eu queria só fazer algumas ponderações em vários pontos sensíveis do sistema. Primeiro, em relação ao Poder Judiciário. Nós temos que incentivar o nosso Tribunal de Justiça a criar mais varas de execuções penais. Hoje de manhã estive conversando com o Dr. Jamil, e já há uma discussão nesse sentido, felizmente. Mas uma vara de execuções penais em que o juiz titular da vara de execuções penais não tem competência para poder decidir na maior parte dos processos — porque a maior parte dos processos vêm de comarcas do interior —, cria uma situação de estrangulamento e de afastamento desse acompanhamento por parte dos familiares dos presos que vêm das comarcas do interior, e eles não têm condições de bancar advogados que venham das suas comarcas para vir para cá. Toda uma série de dificuldade de acesso à Justiça, de acesso aos benefícios da Lei de Execução Penal. Isso tudo é interdito por conta dessa deficiência de um mecanismo que pudesse ser criado dentro do Poder Judiciário para possibilitar maior facilidade no acesso a esses benefícios. Essa é uma situação que é visível. A outra. Nós estamos já há várias décadas que o sistema mistura os presos. O sistema, em função da própria infra-estrutura existente, não tem como fazer uma seleção criminal dos presos, de modo que você identifique quem tem condição de progredir de regime de forma científica. Não existe isso. Se você for advogado de apenados do sistema penal maranhense, você vai ter uma dificuldade enorme. Porque para você pedir a progressão de regime, as informações são muito precárias — as informações são muito precárias e o sistema funciona muito lentamente. Essa história do exame criminológico no Maranhão há muito tempo que não se usa. É preciso que a gente comece a dar uma conotação mais rigorosa para dar inclusive mais segurança ao



juiz na hora que ele coloca um preso de volta para a sociedade. Se ele não sabe se esse apenado está em condições de voltar para a sociedade é um risco a decisão do juiz. E só com as informações do tempo de cumprimento da pena, isso também é um risco. Até uma pedra cumpre pena. É só deixar ela lá no lugar que ela vai passar 6, 7 anos. Isso quer dizer que a pedra mudou de comportamento? É uma coisa duvidosa também. Nós temos problemas com relação ao acesso à Justiça. Temos discutido com o Governador do Estado a reestruturação da Defensoria Pública. Hoje nós tivemos uma amostra, na hora em que estivemos com vocês, inclusive, de como os presos estão insatisfeitos, indignados, porque eles não têm acesso à Justiça. Falta advogado. As pessoas têm direito a uma progressão de regime, mas o Estado chega tarde porque ele não tem esse advogado, que aponte para o juiz onde estão as falhas e onde ele já atingiu esse direito, para poder progredir ao regime. Existem muitas situações de pessoas lá que já poderiam estar fora. O último levantamento que nós fizemos dá em um terço da população carcerária do Maranhão. Era já para estar fora se tivesse advogados, não aqueles que a gente chama de advogado dativo, que trabalham de corpo mole. Não estou querendo fazer ofensa à minha corporação, que é a dos advogados. Mas o advogado, que é nomeado pelo juiz, não trabalha como um defensor público e não trabalha como um advogado constituído, que é pago regularmente, porque ele tem que dar conta da outra clientela dele e ele está fazendo ali como se fosse um favor para a Justiça. Não é uma defesa técnica, como, por exemplo, a classe mais abastada do País tem direito e que passa pouco tempo no presídio. Muita gente faz uma avaliação de que os ricos passam menos tempo presos porque o Poder Judiciário estaria fazendo maiores concessões aos ricos. Mas não é verdade isso também. É preciso ver do ponto de vista do acesso à defesa técnica que eles têm e que o pobre não tem. Às vezes o pobre é preso por conta de uma deficiência enorme da defesa técnica, que permitiu que ele fosse preso às vezes com uma acusação que não é fundamentada.

A questão da tortura — aí eu precisaria de mais tempo para isso, mas vamos ter que encerrar, é o limite do tempo — no Estado do Maranhão ainda persiste. Por quê? Porque o modelo que existe aí possibilita que haja tortura. O agente penitenciário é mal treinado, mal capacitado, trabalha em condições precárias, é um agente penitenciário para 100 apenados. E você imagina a situação de tensão, o



tempo todo do cotidiano do agente penitenciário, que ele tem de lidar, muitas vezes ele tem que entrar em confronto, com os presos e a tortura. Essas aqui são as denúncias de 2007 para cá que nos chegam. E, aí, se nós tivermos mais tempo, depois a gente pode detalhar mais. Mas são muitas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só peço a V.Exa. que solicite ao Dr. Antônio Pedrosa que passe à Comissão todos esses casos de torturas e que permaneça no plenário porque vamos fazer algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Comissão solicita à Secretaria da Mesa que receba essas denúncias do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos.

Passo a palavra agora ao Sr. José Guilherme Carvalho Zagallo, que vai falar em nome da Ordem dos Advogados do Estado do Maranhão.

O SR. JOSÉ GUILHERME CARVALHO ZAGALLO - Boa-tarde a todos e todas aqui presentes nesta tarde.

Quero parabenizar a Câmara dos Deputados pela iniciativa, ao Deputado Domingos Dutra pela autoria do requerimento, aos integrantes da Comissão Parlamentar pela visita não só ao nosso Estado, mas também aos demais Estados da Federação.

O problema é nacional. Acredito que essa visão que V.Exas. estão construindo, a partir da constatação *in loco*, permitirá conclusões mais abrangentes, propostas de solução mais efetivas para os problemas.

Eu não vou repetir aqui, acho que já tivemos abordagens muito interessantes. Vou tentar focalizar em 3 aspectos, que considero do ponto de vista da nossa corporação, que a gente pode estar contribuindo. Nós já tivemos aqui relatos de problemas, superlotação. Nós temos concentração de unidades prisionais, pouquíssimos municípios com unidades prisionais. Isso faz com que os presos acabem ficando longe de suas famílias, longe do juiz da execução também, que é



responsável pela fiscalização. Eu tive oportunidade... Pelo trabalho conjunto que temos feito com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, são dezenas de denúncias de maus-tratos, de torturas, algumas subscritas em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil. Infelizmente, é uma prática corriqueira no nosso Estado. Não são episódios, são dezenas realmente de casos. Não dá para convivermos com isso. Problemas aqui: assistência médica precária; o quadro de agentes é insuficiente; baixo nível de atividades educacionais, de ressocialização. Então, nós gostaríamos de focalizar parte significativa da população carcerária que poderia ter uma progressão de regime ou mesmo não estar mais sob a guarda do Estado.

Nós queríamos concentrar a nossa fala em 3 aspectos. Primeiro, nós temos um quadro de defensores públicos insuficiente. São 44 defensores para 6 milhões de habitantes. Desses 6 milhões, dois terços, população absolutamente pobre, abaixo da linha de pobreza. Então, são clientes potenciais da Defensoria não só no aspecto criminal, mas também no aspecto dos direitos sociais. V.Exas. não sabem, a aprovação do orçamento do Estado do Maranhão está trancada por esta Casa, em decorrência de uma ação direta de inconstitucionalidade movida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, e por ações movidas pela Defensoria Pública, porque o Estado não está reconhecendo a autonomia financeira desse órgão. Essa autonomia é necessária para que a instituição se consolide, para que ela possa realizar novos concursos, para que ela possa iniciar melhoria salarial dos seus funcionários. O quadro da Defensoria alcança o seu nível. Hoje somos 44, mas as pessoas, pela pouca atratividade da carreira, vão prestando outros concursos, e aí o quadro vai se esvaziando. De 44, nós já tivemos, há poucos meses, 22 defensores no quadro para este Estado inteiro. É absurda essa situação. Com o nível de pobreza no Estado do Maranhão, nós precisávamos ter um quadro de defensores muito maior, pelo menos 200 defensores no nosso Estado. Esperamos que haja bom senso por parte do Governo do Estado, que inclusive não está conseguindo executar o seu primeiro orçamento. O orçamento anterior foi ainda do Governo anterior, está agora executando os duodécimos do orçamento de 2007, porque ainda não foi aprovado o orçamento de 2008. Os investimentos estão atrasados também em função disso. Esperamos.



Hoje, no jornal, havia uma sinalização do Líder do Governo na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, dizendo que há possibilidade de um acordo para que finalmente essa questão seja superada. Não é uma questão simplesmente de autonomia; é para que esse órgão tão importante, que evitaria ou minimizaria grande parte desses problemas, possa efetivamente exercer a sua função, dando assistência a que todo cidadão brasileiro tem direito. Então, fortalecimento da Defensoria. É absolutamente impossível continuarmos convivendo com 1 Vara de Execução Penal aqui em São Luís com 3.300 processos. É humanamente impossível, Dr. Jamil, o senhor e os servidores da sua Vara conseguirem prestar a assistência que seria necessária, com esse volume de processo em tramitação nessa Vara. É urgente! Se não houver recurso nem servidores para a criação de uma nova vara, que seja transformada uma vara criminal das 11 existentes hoje em uma segunda Vara de Execução Criminal. Nós não podemos conviver mais nem um mês sequer — eu afirmaria — com apenas 1 Vara de Execução Penal aqui em São Luís. Precisamos dar uma solução. Talvez seja das providências mais urgentes a serem adotadas. Nós temos Deputados Estaduais presentes, o Presidente da Casa aqui, se pudesse propor, procurar o Tribunal de Justiça, procurar o Chefe do nosso Executivo, nós precisamos encaminhar essa questão de forma urgente. Grande parte dos lamentos e dos relatos que são feitos aqui são causados não só pela falta de defensores, mas também pela falta de estrutura do Poder Judiciário em estar recebendo essas reclamações, dando tratamento a essas questões. Nós não podemos exigir, mesmo trabalhando como super-homens, que é o caso dos magistrados que têm passado pelas varas de execuções criminais. Isso supera a sua capacidade física e de tempo e de análise. Eles não podem indiscriminadamente conceder benefícios, têm de analisar os casos. Foram mencionados agora os exames criminológicos que também não estão sendo feitos. Então, precisamos, urgentemente, em nosso Estado, criar, pelo menos aqui na Capital, uma segunda vara de execução criminal.

E na questão dos advogados dativos, eu concordo com a crítica que foi feita aos colegas da minha corporação. Mas é preciso que se diga que o trabalho feito pelo advogado dativo, no mais das vezes é um trabalho gratuito, sem nenhum tipo de remuneração por parte do Estado. O Estado demora, e muitas vezes não paga os



honorários que são fixados pelos magistrados para os advogados dativos. Infelizmente, essas pessoas (*ininteligível*) os advogados têm sim a advocacia *pro bono*, têm o compromisso com a justiça social, mas, na sua maior parte, não possuem nenhuma fonte de renda que não o exercício da sua profissão. Então, não é que eles não queiram priorizar, eles estão na luta da sobrevivência, na difícil luta da sobrevivência, num Estado pobre como o nosso. Então, é preciso que seja feita justiça também a esses advogados. Se muitas das vezes os processos são abandonados é porque aquele profissional começa por falta da remuneração do Estado, e mesmo institucionalmente nós somos contra isso. A solução não é a constituição de advogados dativos, mas o fortalecimento da Defensoria. Mas o que já existe hoje tinha que ser justamente remunerado.

Então, nós acreditamos que essas 3 medidas, além de todas as que foram mencionadas aqui, contribuiriam significativamente para a melhoria do processo: nós termos o fortalecimento da Defensoria; a criação de uma segunda vara de execução criminal em São Luís, e minimizar o problema da remuneração dos advogados dativos. Mas isso tem que ser um processo a findar com o fortalecimento da Defensoria. Nós não queremos, a exemplo de São Paulo. Em São Paulo, quase 30 mil advogados são advogados dativos e recebem do Estado de São Paulo. Isso contribui para que a Defensoria de São Paulo não se estabeleça, não se constitua, não seja, por exemplo, como a do Rio de Janeiro, que tem um quadro de 800 defensores. Nós não pregamos o modelo de assistência judiciária através de advogado dativo. Nós achamos que essa é uma tarefa do Estado que tem que ser exercida através da Defensoria Pública. A advocacia pode ajudar, mas subsidiariamente, de preferência voluntariamente não ordinariamente, como tem acontecido atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao representante da OAB.

Vamos passar a palavra neste momento ao Sr. Alberto Guilherme de Araújo Silva, representando aqui a Defensoria Pública do Estado.

O SR. ALBERTO GUILHERME DE ARAÚJO SILVA - Exmo. Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Neucimar Fraga, em nome de quem saúdo todos os componentes da Mesa, caríssimos senhores e senhoras que



estão neste plenário, parece-me que a minha fala vai ser, de algum modo, a continuidade da fala do Dr. Guilherme Zagallo.

Nós estivemos, o Dr. Guilherme Zagallo, enfatizando justamente a importância de se fortalecer essa instituição responsável pelo acesso à Justiça daquela população que não tem condições de constituir advogado, que em nosso Estado, como ele bem lembrou, é representada por, pelo menos, 80% de sua população, de sua gente.

Esta Comissão já teve oportunidade de ouvir o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Dr. Fernando Calmon. Estive acompanhando, através do *site* da Câmara dos Deputados, a informação, e tomamos conhecimento de que a Comissão já esteve com o Presidente da Associação Nacional. Então, de algum modo, é estranho esse relato que eu vou fazer aqui.

Com toda certeza, ele deve ter dito aos senhores que a Defensoria Pública do Estado do Maranhão é aquela que tem o menor número de defensores públicos do País, é a Defensoria Pública que tem a pior proporção para o número de defensor público para a população. Então, como explicar isso em um Estado tão pobre? Como explicar a ausência de investimentos para fortalecer essa instituição? É algo que nos deixa pasmos!

Então, eu quero relatar para os senhores a situação atual da Defensoria Pública do Estado, fazendo esse recorte: voltado para o sistema carcerário do Estado.

Nós temos atualmente, em São Luís, uma população carcerária de mais de 3 mil internos — Dr. Sindonis, me corrija, se eu estiver equivocado.

Senhoras e senhores, a realidade da Defensoria Pública é de que nós temos para essa população de mais de 3.500 internos, temos apenas um defensor público para dar conta, para prestar essa assistência, responsável por garantir essa assistência à Justiça. Os senhores vejam bem que é humanamente impossível. É uma atividade muito parecida com a de Dr. Jamil que, diante da ausência de um outro juiz de execução penal, se vê na responsabilidade de responder por tamanha ação, por tamanha responsabilidade.

Nós temos hoje apenas um defensor público para todas as unidades prisionais aqui, na Capital. Nós temos um defensor público em Timon e um defensor



público em Pedreiras, atuando nas unidades prisionais desses 2 municípios, sendo que nesses 2 municípios, esse defensor público não atua exclusivamente na execução penal, ele desenvolve outras atividades além da atuação na execução penal.

Nós temos em São Luís várias varas criminais sem defensor público. E Dr. Sindonis sabe muito bem disso, e os senhores talvez saibam também. Isso tem um impacto direto sobre a realidade do sistema prisional, na medida em que, como bem lembrou o Dr. Pedrosa, pela ausência de um defensor público, essas pessoas carentes que estão presas permanecem esquecidas em seus cárceres, permanecem, muitas vezes, com o processo se alongando indefinidamente pela ausência de alguém que simplesmente às vezes faça uma petição, converse com o juiz, converse com o promotor para liberá-lo. Essa é a nossa realidade.

O preso permanece muito mais tempo do que deveria. Às vezes, um simples pedido de relaxamento de flagrante, de liberdade provisória deixa de ser feito por ausência desse defensor público. O que acontece? O preso fica lá, entra na conta do Estado, onera o Estado, permanece no sistema prisional por mais tempo. O processo...

Houve uma alteração legislativa fundamental e importante que torna obrigatória a presença do defensor público nas audiências de interrogatório. Entretanto, esse contato que é feito com o defensor público muitas vezes ocorre 1, 2, 3 meses depois, no momento somente em que o preso vai ser interrogado. Isso, como eu disse para os senhores, quando há defensor público na vara, porque quando não há é nomeado um defensor dativo que muitas vezes não tem o mesmo empenho, que normalmente não tem o mesmo empenho do defensor público, que é pago pelo Estado para desenvolver essa atividade.

Atualmente, nós celebramos com o Ministério da Justiça, através do DEPEM, um convênio, a Defensoria Pública, que pretende contratar 10 estagiários remunerados para fortalecer a atuação da instituição na execução penal. Mas vejam bem: o que são 10 estagiários, diante de um contexto desse tamanho? É muito pouco. É muito pouco. É preciso realmente que o Estado do Maranhão tenha um projeto para a instituição chamada Defensoria Pública. Se este Estado brasileiro se diz realmente um Estado Democrático de Direito, ou seja, ele está retirando o foco



das ações do Executivo, das ações do Legislativo e trazendo para as ações do Judiciário. Ou seja, o Judiciário como instrumento de efetivação desses direitos. Então, como garantir a efetivação desses direitos àqueles que não têm acesso à Justiça, acesso a esse Poder Judiciário, senão através da Defensoria Pública? Então, é preciso que se faça essa ponderação.

Com relação à... Sim, falando desse projeto, o Estado realmente precisa, se ressentido desse projeto. Eu não sei se realmente faz parte da intenção do Estado desenvolver a Defensoria Pública, na medida em que obsta o orçamento deste Estado, obsta a tramitação do orçamento, por conta de 11 milhões de reais, que é o orçamento que a Defensoria Pública está pleiteando. O orçamento deste Estado está parado, não foi aprovado por conta de 11 milhões e por conta, infelizmente, da intransigência do Poder Executivo. Então, essa é a situação. Nós temos... O Estado do Maranhão já sofreu 8 derrotas judiciais. Três dessas derrotas no Supremo Tribunal Federal, não foi aqui somente não, gente. O Estado já chegou até Brasília, já foi derrotado 3 vezes no Supremo Tribunal Federal, mas ainda assim continua recorrendo e continua se negando a garantir essa autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública.

Peço vênica para corrigir a informação dada pelo Líder da bancada do Governo, Deputado Edvaldo Holanda. Não há nenhuma costura, não está sendo costurado nenhum acordo com a Defensoria Pública. Na verdade, o que se tem feito é trabalhado com contra-informações para confundir a sociedade civil.

Nós, sexta-feira, estivemos, a Defensoria Pública esteve diante do Governador Jackson Lago, mas a impressão que nos passa é de que o Estado vai resistir, vai tentar chegar às últimas instâncias, continua recorrendo ao Poder Judiciário. Nós temos mais 3 recursos, agravos regimentais no Supremo Tribunal Federal. Ao contrário do que foi dito aqui também nesta Casa, não foi a Defensoria Pública quem recorreu, foi o Estado do Maranhão que recorreu, quando poderia estar honrando esse acordo que foi feito pelo Chefe da Casa Civil, Dr. Aderson Lago, em nome deste Governo.

Então, eu acho que isso tudo denota a ausência desse projeto. Não há. Não se pensou ainda na Defensoria Pública no Estado. Infelizmente ainda não se pensou. Eu acho que muito mais do que defender, o Estado é importante defender o



cidadão. Eu acho que quando se defende o cidadão está-se fazendo a defesa do Estado, porque o Estado existe é justamente para isso, para servir ao cidadão, e no Estado do Maranhão, numa sociedade tão empobrecida como essa, não há que se admitir esse tipo de comportamento pelo Executivo estadual. Eu acho que nós temos, eu peço, clamo à Presidência desta CPI para que em seu relatório final inclua uma moção de apoio e um requerimento ao Governo do Estado para que cumpra o acordo celebrado diante do Chefe da Casa Civil, ex-Deputado Aderson Lago.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Obrigado.

Como a CPI deve terminar no começo de maio, eu vou levar à CPI, na próxima sessão de terça-feira, que a CPI aprecie essa moção para encaminhar ao Governo do Estado diante da presença da Defensoria Pública.

Queremos só avisar que esta sessão está sendo transmitida pela Internet, cerca de 1.500 pessoas já acessaram. É uma audiência extremamente positiva. Esperamos que chegue a 10 mil e que todos os 10 mil se convençam e se convertam num defensor da humanização dos presídios e das cadeias deste País.

Convidamos a Sra. Maria da Graça Fernandes Trinta, que é Coordenadora do Instituto Renascer. V.Sa. tem 5 minutos, com a prorrogação necessária.

A SRA. MARIA DA GRAÇA FERNANDES TRINTA - Quero agradecer primeiro a Deus, que deu essa oportunidade de todos estarem aqui e de termos estes Deputados, de termos todas essas pessoas, de estarmos vivos, de podermos estar reivindicando nossos direitos, porque a partir do momento em que a gente consegue tirar, ressocializar, nós estamos fazendo nosso direito.

Meus cumprimentos à Mesa, ao Presidente, ao Dr. Jamil Dutra, ao Deputado Ribamar, que conhece o nosso trabalho também.

Eu quero começar, que todos já falaram tudo que... Realmente a gente só vai fazer uma explanação talvez mais... enfatizar mais o que já foi dito.

Eu sou Coordenadora do Instituto Renascer, a única ONG que realmente fez um projeto dentro do sistema prisional. Eu passei 2 anos, Sr. Presidente, dentro do sistema prisional fazendo esse trabalho, pesquisando, convivendo, realmente sabendo como eles viviam, tanto agentes como os internos. Então, eu conheço um pouco a realidade, posso falar como conhecedora de toda essa causa.



Ultimamente nós fizemos uma denúncia ao Sr. Pedrosa. Inclusive eu fui até meio deselegante com ele porque eu disse: “*Você tem esse dia para resolver esse problema*”. Eu quero até pedir desculpa. Eu disse: “*Você vai resolver ou então eu vou jogar isso a nível nacional*”. Desculpe-me a forma na hora.

As esposas dos internos, existem 2 aqui e 1 ali do outro lado, a gente convive com elas, e 1 representa as famílias dos internos. E eu estou no dia-a-dia com toda essa situação caótica e sem ninguém nos ouvir. Quer dizer, nossa voz não ecoa.

Eu queria jogar aqui algumas situações.

Sobre a questão do espancamento dentro do sistema prisional, quando eu dei uma entrevista no *Bandeira Dois*, eu não falei de agentes, eu não falei de diretores. Naquele momento eu acho que não tinha necessidade de falar de agentes nem de diretores. Por quê? Porque eu acho que os responsáveis são a Secretária, hoje eu posso dizer a Secretária da Justiça Cidadã, e os secretários abaixo dela, mas eu quero enfatizar bem a Secretária. Por quê? Porque nós, inclusive eles não são ouvidos, as famílias não são ouvidas, as pessoas procuram os secretários, a Secretária, o Secretário do Sistema Penal e, às vezes, são maltratadas. E não são ouvidas porque... Já aconteceu comigo, que sou a coordenadora desse trabalho de dentro do sistema prisional. Quer dizer, existe um descaso e uma falta de respeito com o ser humano, não com eles que estão lá dentro, porque lá dentro mesmo, ali é um depósito de gente, todos sabem disso.

Eu até ouvi o Deputado dizer: “*Olha, nós temos que...*” O Deputado Pinto disse: “*Nós temos que mandar recurso*” — não sei se foi bem isso Deputado — “*nós temos que fazer novos presídios*”. Foi isso? Hoje numa matéria que você fez? Eu não sei se ouvi direito. “*Nós temos que fazer novos presídios e tudo.*” Eu discordo de novos presídios, porque existe, como já foi falado aqui, os advogados e tudo, que têm pessoas ali que já cumpriram pena, que têm 5, 6 anos de pena cumprida, e continuam lá dentro. Lá existe doidos misturados com pessoas aidéticas, e a mistura ali é total, a mistura ali é total. Se existisse mais um trabalho como o doutor... O Deputado Dutra disse: “*A sociedade civil organizada tem que estar lá*”. Mas o Dr. Sindonis sabe como é difícil porque eu já procurei ele, já procurei a Secretária e ela nunca nos atendeu, e apoiei na época. Porque eu acho... Nós estamos falando de política aqui. Seria muita hipocrisia minha dizer que eu não apoiei o Dr. Vidigal, na



época, por causa do trabalho. Apoiei por causa do trabalho, e o Dr. Ribamar sabe disso, porque eu achava que seria mais fácil, ele conhecia a coisa melhor. E não aconteceu porque ela nem nos recebe. Quer dizer, como é que existe uma Secretária de Justiça Cidadã em que as pancadarias dentro do sistema acontece diariamente, os agentes ameaçam, eu fui proibida de entrar dentro do CCPJ do Anil porque eles disseram que... Quando os Direitos Humanos foram, eu filmei, eu só entro com meu óculos e uma caneta, porque eu conheço, eu sei meus direitos e meus deveres, entendeu? Então, eu sou proibida entrar porque nós fazemos um trabalho evangélico, é o que melhora a vida daquele pessoal. E eu fui junto com o pastor. Então, me ligaram para dizer que eu era proibida entrar, inclusive recebo ameaças, eu defendendo os agentes eu recebo ameaça. Eu tenho uma boa... Faço a política da boa vizinhança com alguns agentes, aqueles que não vêm de encontro, como o César Bombeiro, o Ideraldo, mas há outros que me olham com outros olhos. Não é culpa deles, é porque eles realmente acham que você está invadindo a casa deles e você termina descobrindo as coisas que estão ocorrendo.

Eu tenho relatório, eu queria, se vocês... Eu quero participar... Eu me convidei para vir aqui. Então eu quero participar desta CPI porque eu tenho muita coisa e muitas idéias porque eu convivi lá dentro, eu estou 5 anos. Dois anos foi direto, saindo 9 horas de dentro do sistema prisional, em que eu cheguei a ver a comida com barata, tinha comida lá dentro com barata. Quer dizer, ali não dá para ressocializar. E o projeto que nós fizemos, as pessoas que quiserem, nós podemos, o Instituto Renascer, vocês podem me pedir depois, eu posso mostrar todo o nosso trabalho.

Aquelas fotos comprometedoras eu realmente nunca mostrei para a sociedade porque eu estaria, seria um confronto eu lá dentro trabalhando com eles e mostrando fotos. Mas eu chegava a dialogar. Só que este Governo é diferente. E eu acreditei em mudança, mas não houve. Foi pior este Governo. Não houve mudança. Tudo o que nós acreditamos foi um sonho, foi só sonho passageiro. Eu diria tipo canto de uma sereia, passou. Entendeu? Porque nós não fomos ouvidas, com todo aquele trabalho, com todas aquelas professoras. Fomos tiradas de dentro do sistema. Até hoje as famílias me procuram e eu fico... Vou almoçar, às vezes, 4 horas da tarde, com elas. Estamos fazendo até *baby* chá para aquelas que moram



em Belém do Pará. E um esposo está aqui, como aquela ali, que uma vez desmaiou ouvindo os tiros deles, entendeu? Eu estou hoje falando sobre os agentes porque eu acho que tem que fazer, Dr. Sindonis, alguma coisa! Eu acho que tem que ter mais competência dentro do sistema. Tem que ter! Há muito descaso.

Há muitas coisas que a gente precisa mudar, e não é difícil. Não é preciso tanto dinheiro, não, gente. Eu digo porque eu trabalhei sem dinheiro, pedindo mesas usadas, cadeiras usadas. Esta própria Casa aqui me deu mesas que eu levei para o sistema. Nós procurávamos os empresários e tudo, e nunca... sem um tostão no bolso. Porque eu não vivo... Como outro dia saiu no jornal: *“Ah, porque estão querendo rachar o Governo”*. Não existe isso. Eu simplesmente tenho minha empresa. Esse trabalho que eu faço é coisa de Deus, que a minha família, por ela... A minha filha, ontem, chorou, me pedindo para eu largar isso, quando eu falei que vinha para cá. Porque há ameaças de dentro do sistema, mas no dia que Deus quiser eu vou morrer. Eu sei disso. Agora, é um trabalho de Deus, é uma coisa que eu faço com amor. E eu sei que se essas pessoas saírem de lá ressocializadas, com certeza, a minha família, a de todos vocês aqui, não corre risco de vida. Mas eles vão sair revoltado, porque o sistema não ajuda em nada. E não precisa de tanto dinheiro, não precisa de novos presídios. Precisa do que eles já falaram: colocar mais advogados; aumentar mais a VEC. É isso o que tá precisando lá dentro. Outra coisa: é preciso também capacitar todos os agentes. Não adianta terceirizar. Eu sou contra também a terceirização, mas eu acho que a sociedade civil organizada tem que estar lá dentro. Quer dizer, eu faço esse trabalho e sou proibida — eu, assistente social — de entrar, porque eles são donos. Eles dizem, como disse lá no CRISMA: *“Isso aqui é meu. Eu sou dona”*. As pessoas se sentem donas. Então, eu acho que precisam de psicólogo, precisam mais de Deus. A gente tem que ver tudo isso. Amanhã pode ser um filho seu. O Deputado José Geraldo foi preso, estava lá, depois se converteu. Então, hoje... quer dizer, ele sofreu. O pessoal: *“Tinha mordomia?” “Não, porque eu comia ali, eu via.”* O nosso trabalho era feito no segurança máxima. Eu ouvia o tiroteio, eu vi muita coisa. Às vezes eu chegava para Dr. Sálvio, Carlos Nina: *“Olha, tá acontecendo isso”*. O próprio Fernando Mendonça: *“Vai acontecer uma rebelião, assim, assim”*. Porque eles confiavam. Porque eu não queria que morresse nem agente nem os internos. Porque qual é a nossa clientela



como uma sociedade civil organizada que está servindo a Deus? Porque nós não somos remunerados, a gente serve a Deus! A nossa clientela é eles, é mudar a vida deles. Enquanto não houver essa mudança, construção de presídio não adianta. E eu acho que a Secretária tem que chegar, abrir mais e sair daquele pedestal. Veio não sei quantos, a Força Nacional. A Força Nacional gastando um absurdo aqui no Maranhão, para ver pancadaria! Tomaram os relógios, tudo o que eu falo eu provo. Eu não estou falando aqui nada que eu não possa provar. Eu acho que não tinha necessidade da Força Nacional. Nós temos pessoas aqui suficientes. Nossa segurança aqui, polícia, agente, é só uma questão de capacitar e aumentar o salário deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - V.Sa. tem 2 minutos.

A SRA. MARIA DA GRAÇA FERNANDES TRINTA - Quero dizer também que a saúde, como foi falado aqui, a saúde, existe um plano nacional de saúde nas penitenciárias, e o Maranhão é o único onde não existe, que não tem. Por quê? Basta fazer, se me chamarem, eu vou ajudar a fazer esse projeto, porque eu trabalho nessa área. Eu vou ajudar a fazer. Mas não existe, só se for agora, só se for agora. Mas não existia. A Cristina Fernandes, lá em Brasília, me falou isso: "*Não existe. O Maranhão não assina. Falta adesão*". Então, recurso financeiro tem. Um preso sai... Eu não sei quanto sai, mas ele não gasta ali 300 reais, porque eles não têm sabonete, eles não têm xampu — aliás, isso não existe lá porque isso é mordomia —, eles não têm sabão, eles não têm sabão, não têm pasta de dente, não têm nada. Para onde vai esse dinheiro todo? Para onde vai esse recurso? Eu só acho que deve ser colocado. Eu estou aqui à disposição de estar trabalhando dentro do sistema prisional, mesmo com toda... Até hoje, que eu fui muito obediente, quando eu... quando eu... Primeiro, eu saí, quando o Dr. Sálvio saiu, nós saímos do sistema para nos apresentar como soldados para a Secretária, que não tem competência. Eu não estou ofendendo uma pessoa, Eurides, como eu conheci, porque eu conheci uma pessoa e hoje eu conheço outra que ninguém pode chegar perto que é cheia de segurança. Por quê? Você só morre no dia que Deus quiser. Não adianta esse horror de segurança. Eu acho...

Fica aqui o meu protesto. E nós temos que mudar. Eu quero continuar — eu, os pastores. Que os pastores sejam mais respeitados, o trabalho evangélico que nós



fazemos dentro do sistema até isso é proibido entrar. Há pastores que vão fazer um trabalho desse e são proibidos! Eu sou proibida. Eu queria saber do Dr. Campos aqui por que que eu fui proibida de entrar dentro da unidade prisional do CCPJ do Anil, se a denúncia não está nem em meu nome, foi o Pedrosa que fez essa denúncia, eu passei para ele. Então, têm que haver essas mudanças.

Eu inclusive tenho projetos aqui fora, Dr. Jamil, que eu já marquei com sua secretária, mas também não tive resposta. Nós temos um telecentro, temos uma loja, que nós conseguimos pelo Estado, tudo isso sem dinheiro, está aqui no Reviver, para que vocês visitem e valorizem o trabalho deles. Quero falar ao Dr. Sindonis também que abra mais o espaço, abra mais o leque, para nós trabalharmos, entendeu? Nós queremos somar, nós não queremos... No dia em que eu fui para a imprensa é porque eu não fui recebida. Então, eu tive o direito de fazer as denúncias, mas eu jamais faria se eu fosse recebida por vocês. Ao contrário. Nós não somos recebidas.

Fica aqui o meu protesto e eu quero, dependendo, tudo o que vocês precisarem, o Instituto Renascer está aqui à disposição.

Muito obrigada a todos vocês que me ouviram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Obrigada, Sra. Maria da Graça Fernandes Trinta.

Eu pediria a V.Sa. que continuasse no plenário para responder algumas perguntas. E se tiver qualquer documento que possa repassar à Comissão.

Nós concederemos a palavra ao Dr. Jamil Aguiar da Silva, que é Juiz da Vara de Execuções Penais da Capital.

O SR. JAMIL AGUIAR DA SILVA - Srs. Deputados, autoridades aqui presentes, senhores e senhoras, como representante do Tribunal de Justiça neste evento, considerando algumas afirmações, algumas ponderações, devo adiantar que no âmbito interno do Judiciário já está sendo objeto, já há mais ou menos uns 20 dias, já vem sendo objeto de discussão a criação de mais duas varas de execução penal aqui para a Capital, uma para Imperatriz, e desmembrar a competência de algumas outras varas que acumulam atividades de execução e de vara penal comum.



No tocante aos fatos aqui colocados, realmente nós estamos diante de uma situação caótica, como tenho dito repetidas vezes, que não se trata de uma situação exclusiva do Maranhão. É uma situação nacional, em que se verifica o estado precário dos estabelecimentos prisionais e a superlotação.

A nossa realidade aqui no Maranhão, especificamente aqui em São Luís, essa superlotação decorre de uma série de fatores.

É verdade que nós temos uma sobrecarga muito grande aqui na vara de execuções aqui da Capital. Nós trabalhamos com quantitativo superior a 3.300 processos. Nós temos uma faixa de 700 sentenciados que cumprem pena em gozo do benefício de livramento condicional, temos 500 mais uma fração que cumprem pena com prestação de serviço à comunidade, temos muitos presos condenados em regime fechado, muitos em regime semi-aberto e muitos presos provisórios misturados, é verdade. É verdade que é exatamente esse o fator que gera a superlotação. E acrescento: essa superlotação, pode-se dizer, é resultante basicamente da falta de estrutura, da falta de estabelecimentos prisionais em outros pontos do Estado do Maranhão. Por quê? Aqui nós temos esse quantitativo todo de presos, mas não são todos de São Luís. Uma grande parcela dos presos condenados e provisórios são oriundos de comarcas do interior do Estado do Maranhão. A partir do momento em que tivermos que desenvolver alguma atividade, algum trabalho que objetive a descentralização de presos, seguramente nós teremos resolvido essa situação de superlotação aqui na Capital. Seguramente. Não tenho dúvidas em afirmar isso, porque o quantitativo de presos aqui da Capital dá perfeitamente para se trabalhar, ainda mais depois que o Tribunal de Justiça vier a consumir as providências com relação à criação de 2 novas varas de execução criminal.

Ainda vai ser objeto de exame se as duas vão tratar exclusivamente de execução penal no sentido amplo, ou se uma vai tratar da execução penal, e uma segunda, da execução de penas e medidas alternativas exclusivamente.

Quanto a essas questões, quanto à solução para essas questões aqui postas, eu também entendo que não são de difícil solução. Eu tenho dito repetidas vezes que tem muita coisa que, para se resolver, não exige muito recurso, exige basicamente a boa vontade, a determinação, o querer. Evidentemente, tem outras



questões que exigem recursos. Mesmo assim, acho que não é difícil, como foi colocado aqui por 2 pessoas que me antecederam. A verba existe. É só buscarmos meios, maneiras, mecanismos para trazer essa verba aqui para o Maranhão, aqui para São Luís.

Sabemos que o Ministério da Justiça concentra uma verba muito elevada exatamente para atender às necessidades do Sistema Penitenciário Nacional. Até então, era muito comum se ouvir falar sobre contingenciamento dessas verbas para atender outras finalidades, e eu tenho registrado que, a partir do primeiro mandato do Presidente Lula, tem-se verificado um empenho, uma preocupação maior com essa questão carcerária nacional.

A título de exemplo, nós vemos a construção de presídios federais. Diga-se de passagem que nós do Maranhão temos alguns presos que foram transferidos para o Presídio Federal de Mato Grosso, exatamente para se conter uma série de situações que vinham acontecendo aqui no sistema local.

Mas eu também devo registrar que estive em Brasília num passado não muito distante e tive oportunidade também de constatar, lá no Ministério da Justiça, que em tempos anteriores não se teve registro de nenhum projeto no Ministério da Justiça objetivando a construção de estabelecimento prisional aqui no Maranhão. É um problema sério, crônico, e de fácil solução. Precisa é de trabalho, precisa de ação.

Registro ainda que não é se falar bem ou mal de Governo, de A, B ou C. É interessante também que se diga que, apesar das mazelas hoje existentes em São Luís — eu não falo do Maranhão inteiro porque eu não viajei o Maranhão inteiro verificando essa questão —, já avançamos bastante. É importante que se diga isso. Já avançamos bastante. Como eu dizia hoje a alguns profissionais da imprensa, alguns ficaram admirados de algumas situações vistas lá na penitenciária. Eu dizia: *“Eu estou há 2 anos na Vara de Execuções Criminais aqui da Capital; de lá para cá, já fizemos muita coisa, avançamos bastante”*. Se, com esses avanços todos, ainda existem todas essas mazelas, eu tenho sugerido que analisem friamente o passado, como era o passado. Se hoje está assim, com todos esses avanços, imaginem como era o passado.



Então, esses avanços decorrem de trabalho, de ações. Por isso eu acho que é bom que se diga, é interessante que se diga que, hoje, nós temos muitos projetos. Já se sabe, já se constata que temos muitos projetos em tramitação no Ministério da Justiça objetivando a construção de unidades, reforma e ampliação de unidades.

Há quem diga da desnecessidade de construção de novas unidades. Eu também tenho pregado isso, mas com uma observação: a desnecessidade de construção de novas unidades aqui na Capital. Há necessidade, sim, de construção de novas unidades prisionais em outras regiões do Maranhão, como, por exemplo, Pinheiro, Timon, Imperatriz, Açailândia, Bacabal, Santa Inês, Chapadinha. Mas aqui, em São Luís, eu particularmente já tenho pregado da desnecessidade da construção de novos estabelecimentos prisionais, até porque, acrescento, Srs. Deputados, que nós temos aqui um fato novo. Nós idealizamos — aqui também acontecem muitas coisas boas — e instituímos aqui, em junho do ano passado, um programa denominado Liberdade e Dignidade, objetivando, em primeiro plano, o combate à superlotação carcerária e, em segundo plano, a ressocialização dos presos.

Essa é uma realidade. No seu lançamento, ocorrido em junho, nós retiramos de forma antecipada do sistema prisional 49 presos; em outubro, tiramos mais 47, porque entendemos que ressocializar presos dentro dos estabelecimentos prisionais, nas condições que temos aqui, é impossível. Por isso idealizamos, instituímos e lançamos esse programa, para se retirem os presos, para se fazer o trabalho de ressocialização aqui fora. Esses são somente aqueles que estão em regime semi-aberto e têm bom comportamento. A diferença é que eles não retornam para o sistema prisional. Eles passam o dia fora, trabalhando, participando de eventos; à noite, eles vão para o seio familiar de cada um, diferentemente daqueles que estão no sistema prisional no regime semi-aberto, que, mesmo trabalhando fora, obrigatoriamente têm que retornar ao final do dia para pernoitar no estabelecimento.

V.Exa. fez menção à existência de muitas experiências interessantes em outros Estados da Federação. É verdade. Também conheço alguns. Em Belo Horizonte, temos lá o sistema APAC. É ótimo aquele sistema, mas também exige um investimento alto. Naquele sistema, as pessoas ainda continuam presas, continuam na prisão. A diferença é que, no sistema APAC, os presos têm a observância e o



cumprimento da Lei de Execução Penal, o que deveria ser aplicado também no presídio comum.

Eu tenho feito uma colocação no tocante a um referencial, a um ponto que faz a diferença entre o sistema APAC e esse programa nosso instituído aqui no Maranhão, que, diga-se de passagem, teve uma repercussão nacional e até o reconhecimento do Ministério da Justiça como um dos melhores trabalhos do ano de 2007 no tocante à ressocialização de presos. É nosso, aqui do Maranhão, é criação nossa. A diferença desse nosso programa para aquele sistema adotado em Minas Gerais, especificamente em Belo Horizonte, na Grande Belo Horizonte, é exatamente que, como eu tenho dito e repetido, esse programa nosso é mais abrangente, ele é mais consistente, ele é mais econômico, mais fácil de ser trabalhado.

O ponto principal é que, nesse programa nosso, o preso não fica preso. O sentenciado sai, durante o dia trabalha, estuda, participa de eventos e, à noite, ele vai para casa. Esse é o ponto principal que eu coloco como referencial, como ponto de destaque, é a diferença entre o sistema APAC e esse programa nosso denominado Liberdade e Dignidade, aqui do Maranhão.

O que falta é compromisso. O que falta é participação. O que falta é parceria. O que falta é alguém querer fazer alguma coisa. Eu tenho uma carga, ou uma sobrecarga de trabalho muito grande, mas ainda tenho a coragem, tenho disposição e consigo tempo para desenvolver essas atividades que não são próprias do Poder Judiciário, não são próprias do juiz da Execução Penal. Mas, mesmo assim, a exemplo de outras ações do Poder Judiciário, a exemplo do Supremo Tribunal Federal, tem muitas ações que são do Executivo ou do Legislativo, e que o Judiciário tem tomado iniciativas e tem dado certo. Aqui, no nosso caso, aqui no Maranhão, o que se precisa é da participação efetiva do Poder Público de um modo geral, do empresariado, da imprensa, e principalmente da população. Porque não adianta a gente pensar e implementar trabalho qualquer objetivando ressocialização de presos se não tivermos o apoio do Poder Público em primeiro lugar, do empresariado e da população, porque todo e qualquer trabalho, por menor que seja, exige um custo. E nós, eu especificamente, na Vara de Execuções Criminais aqui da capital, não movimentamos verba de nenhuma natureza. A título de informação, é



muito comum as pessoas reclamarem da Justiça, reclamarem do juiz, como V.Exa. mesmo pode ter constatado hoje lá na Penitenciária de Pedrinhas, quando indagava se o juiz da Execução comparecia, se o juiz da Execução Penal visitava aquele ambiente. Em algum setor, V.Exa. pode perfeitamente constatar a presença freqüente do juiz da Execução Penal. Mas em algum outro setor do mesmo estabelecimento, V.Exa. pode obter resposta ou pode obter informação de que nunca viu um juiz, porque aqui muitos presos do nosso sistema penitenciário de São Luís, tem muitos que falam “O meu juiz”. “O meu juiz não é o daqui, o meu juiz é lá de São Bento”. “O meu juiz é lá de Itapecuru”. “O meu juiz é de Balsas.” Então, V.Exa. pode perfeitamente chegar em qualquer estabelecimento prisional aqui da capital e se deparar com situação dessa natureza. Perguntar a algum preso se algum dia ele viu o juiz dele. O juiz do processo dele. E não é difícil V.Exa. encontrar essa resposta e dizer que nunca viu o juiz lá, porque, na realidade, ele nunca viu o juiz do processo dele. Porque aqui, lamentavelmente, embora a lei diga, a legislação, doutrina e jurisprudência digam que a competência para a execução penal é do juiz do lugar onde está o preso, aqui nós temos uma dificuldade muito grande. No sistema penitenciário aqui da capital, nós temos um quantitativo superior a 3 mil presos. Desses 3 mil, nós temos muito pouco. Devo ter uns 400 a 600 presos no sistema completo aqui da capital, vinculados à Vara de Execuções da capital. A maior parte é de Varas do interior. É que os presos, as pessoas são presas, processadas, julgadas e condenadas e remetidas aqui, simplesmente remetidas aqui para a capital. Vem o preso, mas o processo fica. E é muito comum, à medida que o preso vem para aqui, e o processo permanece na comarca de origem, é muito comum ele ficar no esquecimento. É muito comum até, como já se constatou em alguns casos, o preso concluir o cumprimento da pena imposta e permanecer preso, exatamente por conta desse tipo de situação. Temos uma quantidade muito grande de presos condenados do interior aqui na capital, e eu não tenho nenhum controle sobre eles, até porque não há nenhuma relação, nenhum vínculo desses presos com a Vara de Execuções que eu dirijo aqui na capital. Do mesmo modo, temos também um quantitativo muito grande de presos provisórios, cujos processos não têm nenhuma relação, nenhum vínculo com a Vara que eu dirijo aqui na capital. Estou à disposição para qualquer outra informação ou esclarecimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Dr. Jamil. Quero aqui registrar que S.Exa. esteve conosco, acompanhando a CPI nas visitas às unidades prisionais. Pela manhã, estivemos na primeira unidade prisional, mas foi feita uma alteração no roteiro, e o Dr. Jamil já estava nos aguardando em uma outra penitenciária, a de Pedrinhas — mas paramos na CCPJ antes. Realmente, lá é um local para presos provisórios e, normalmente, o Juiz da Vara de Execuções Penais... não sei se V.Exa. faz visitas também à unidade de presos provisórios ou só a dos presos condenados...

O SR. JAMIL AGUIAR DA SILVA - Não. Visito todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Todos. Então, queremos agradecer ao Dr. Jamil a participação. Entendemos, como já foi relatado aqui por alguns representantes de entidades, que é humanamente impossível um juiz dar conta de tantos processos. E aqui vai ficar um apelo da CPI ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, para que possa criar novas Varas de Execuções Penais e trabalhar também dentro dessa realidade da população carcerária, a qual se concentra, em sua maior parte, na região metropolitana do Estado do Maranhão.

Vamos passar a palavra neste momento ao representante da Secretária de Justiça, Dr. Sindonis, para que também possa usar a palavra e fazer as suas considerações, trazendo informações e relatos do Governo do Estado para os presentes a esta audiência pública.

O SR. SINDONIS SOUZA DA CRUZ - Exmo. Sr. Deputado Pavão Filho, Presidente em exercício desta Casa; Exmo. Deputado Federal Neucimar Fraga, Presidente da CPI; Exmo. Deputado Federal Domingos Dutra, Relator desta CPI, em nome de quem saúdo as demais autoridades da Mesa; imprensa; servidores penitenciários presentes; senhoras e senhores. Fiz algumas anotações sobre essas ponderações e gostaria de responder, na ordem, porque muitas foram repetidas. Há reclamações e denúncias de toda sorte. Mas gostaria de esclarecer, primeiro, que a Secretaria de Segurança Cidadã vem implementando uma política de enfrentamento da violência, e isso perpassa necessariamente pelos estabelecimentos penais, na busca da recuperação do homem que cometeu um delito. Quero dizer com isso que há uma herança de várias décadas e uma somatória de erros, um desencadeamento de erros que veio surgindo, e chegamos nesse patamar de caos do sistema.



Gostaria de relembrar a todos — e aqui comunicar à CPI, ao Presidente, ao Relator e aos membros — que já antevíamos essa situação de caos, essa situação de rebeliões e motins em delegacias — rebeliões desencadeadas sucessivamente — e pedimos a S.Exa., o Sr. Governador de Estado, que decretasse a situação de emergência para que pudéssemos fazer frente a essa problemática da superlotação carcerária. Dirigimo-nos, então, ao Exmo. Sr. Juiz da Vara de Execuções Penais, o Dr. Jamil, e pegamos a radiografia da situação. Portanto, sabíamos. Ali, ele disse: *“Olha, há necessidade de que se construa, que se amplie o número de vagas”*. Sabemos que temos uma concentração de unidades prisionais na capital, pela dificuldade também de se criar unidades no interior. Nós temos uma política e um sonho de municipalizar a execução penal, para deixar os presos próximos aos seus familiares, para que tenham — como alguém aqui já disse — assistência da família e assistência do seu Juiz de Execução. Mas isso perpassa, primeiro, por uma regionalização. E é isso que estamos buscando. Temos, sim, Sra. Maria das Graças, que construir unidades prisionais, porque a Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal prendem, em média, 150 pessoas por mês, enquanto saem do sistema 80. Estamos vendo que a dificuldade por que passa o sistema penitenciário é resultante de uma série de outras dificuldades. Já disse aqui a Defensoria Pública que só tem 1 defensor para execução penal. Já disse aqui o Dr. Jamil que a Vara de Execuções está estrangulada, com muitos e muitos processos. O efetivo tanto do Judiciário quanto da Defensoria Pública e dos órgãos de repressão — Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar —, assim como o do sistema penitenciário, é pequeno. O problema é que o efetivo é muito pequeno. Mas temos de fazer um registro de que S.Exa. o Governador já nomeou mil policiais militares. Vejam bem que é difícil enfrentar e resolver problemas de décadas. Há necessariamente que se atacar esses problemas, mas paulatinamente. A Polícia Militar conta com um efetivo de aproximadamente 6 mil homens. E nesse primeiro ano de Governo do Dr. Jackson Lago foram nomeados mil policiais, o que significa um sexto de todo o contingente histórico do Maranhão. Também S.Exa. determinou a ampliação do concurso para policiais civis. Pretende-se nomear 500 policiais civis até setembro, aproximadamente, deste ano. Isso significa um terço do contingente de policiais civis. Temos aproximadamente 1.500 policiais civis, entre escrivães, delegados de



polícia e agentes de polícia. Desse contingente, ainda podemos dizer que aproximadamente 250 estão em desvio de função, trabalhando em delegacias de polícia, fazendo custódia de presos. Somente aqui na capital há esse número de 250 policiais. Por isso o Governo do Estado pediu que a Secretária de Segurança Pública tomasse providências e atendesse aos reclamos tanto do Ministério Público Estadual quanto do Judiciário, no sentido de ampliar o atendimento e resolver o problema da superlotação. Por isso foram interditados todos os presídios em 2005. Todos os presídios da capital, exceto o CRISMA, foram interditados. E para resolver essa problemática foi baixado um decreto emergencial. Com isso, possibilitou-se a construção de uma unidade para 400 vagas, a qual pretendemos inaugurar no final de março. Isso nos permitirá retirar os presos das delegacias, para evitar as constantes fugas nos distritos policiais, situação que ameaça a população, pois esses presos encontram-se no seio da sociedade, no centro da capital. Eles irão para uma unidade mais segura. Hoje, os senhores tiveram a oportunidade de conhecer as novas instalações, que pretendemos ser uma instalação modelo. Queremos discutir. O Dr. Jamil hoje mesmo me contatou para que nos reuníssemos e traçássemos a estratégia para a ocupação dessa nova unidade. Mas ela tem o compromisso, como o que fizemos com o Ministério Público e com o próprio Dr. Jamil, de retirar esses presos das delegacias de polícia e liberar os agentes de polícia e delegados para sua função precípua, que é a investigação criminal. Então, quanto às fugas, que foram objeto de comentário pelo Presidente do SINDISPEN, quando disse que as guaritas não são guarnecidas e as fugas acontecem por ali, porque o efetivo de agentes penitenciários é pequeno, isso é verdade. Daí também a necessidade de se trazer a Força de Segurança Nacional. Nós estamos com um contingente muito pequeno de policiais. E a Força de Segurança Nacional veio para quê? Para fazer um treinamento para os agentes penitenciários, assim como nós temos aqui alguns integrantes de uma força, de um grupo especial de agentes penitenciários, para que lidem diretamente com os presos, evitando o embate daquele agente que é o ressocializador e que, muitas vezes, faz a função do policial dentro da unidade prisional. Na medida em que ele precisa retirar um preso para uma audiência, retirar um preso que está brigando, ele acaba tendo esse embate. E aí fica esse ranço entre os agentes e o preso. Para evitar isso, nós criamos uma



equipe, um grupo treinado pela Força Nacional, de 35 homens, para agir com técnica e evitar esse confronto de quem tem a responsabilidade de ressocializar e, ao mesmo tempo, de fazer a custódia. Então, já respondendo ao César Bombeiro e também à Dra. Maria da Graça, nós não temos a intenção, a Secretaria de Segurança Cidadã não tem a intenção — e quero deixar bem claro aqui — de privatizar as unidades prisionais. Veja bem, os fatos dizem mais do que as palavras. Nós pedimos um concurso público. Já foi encaminhado um documento em outubro para abertura de um concurso público para contratação de aproximadamente 217 servidores, entre agentes penitenciários e inspetores, para contratação de advogados, para contratação de psicólogos, de odontólogos. Esse pedido já se encontra na Casa Civil. Então, há essa necessidade. Já que nós estamos abrindo concurso público para novos agentes penitenciários, é evidente que nós não temos a intenção de privatizar. Agora, há necessidade de efetivo. Como é que nós vamos inaugurar uma unidade prisional para 400 vagas se o efetivo já é reduzidíssimo? Então, nós pretendemos como? Isso é uma proposta minha, como Secretário-Adjunto, de contratação de uma empresa que nos coloque monitores. Mas isso não significa a privatização do sistema, já que a administração será por conta de funcionários e servidores públicos penitenciários. Então, nós não temos a intenção disso. Nós fizemos a proposta e já recebemos um parecer favorável e a promessa do Dr. Maurício Kuehne, que é o Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, que vai nos atender no pedido da criação da escola penitenciária. Quem pretende criar uma escola penitenciária para que treine melhor, capacite melhor os agentes penitenciários não tem intenção nenhuma de privatizar. Estamos com um núcleo de capacitação de agentes prisionais em funcionamento, através de um convênio firmado com o Departamento Penitenciário Nacional, o Convênio 08/2005, também para treinar agentes penitenciários. Essas são ações que demonstram que nós não temos a intenção de privatizar as unidades prisionais. Com relação a obras faraônicas, nós temos que deixar a idéia de construir, de pensar em coisas baratas. Uma unidade boa custa caro. Eu quero dizer assim: essa unidade que foi construída agora, que custa aproximadamente 8 milhões e 900 mil, quase 9 milhões de reais, é uma unidade moderna, segura e que, pelo cálculo que fizemos, em aproximadamente 4 anos e meio, ela se autopaga. Enquanto que daqui a 4 anos e



meio, uma unidade comum, uma unidade convencional começa a dar prejuízo e manutenções. Veja bem, nós já estamos fazendo a manutenção de todas as unidades prisionais. Eu quero deixar bem claro, os Deputados estiveram lá nas unidades, nas unidades que viram, todas elas estão sendo reformadas. É a primeira vez que um Governo se preocupa. Foram anos e anos de incúria, ou seja, de desleixo, de descaso com o sistema prisional. Então, não podemos descarregar isso tudo agora, todas essas mazelas em cima do agente penitenciário que sequer tem a formação correta. Eram treinados em academia de polícia, os nossos agentes penitenciários. Então, há um erro desde o início. É por isso que queremos construir, queremos criar nossa academia, a escola penitenciária, para que tenham uma formação adequada. Então, jogar agora a responsabilidade e punir os agentes penitenciários também é injusto. Não podemos compactuar com as torturas, evidente. E nós temos aí casos de servidores penitenciários que já foram suspensos até com 90 dias. Então, é necessário que se treine imediatamente os agentes penitenciários. E é isso o que nós estamos procurando fazer, enfrentado essa questão, dando condição para que eles atuem com profissionalismo. A concentração de presos na capital, nas unidades prisionais na capital, eu já disse, isso é histórico. Mas nós não temos aqui na capital... Nós conseguimos, através do esforço da Dra. Eurídice, que a todo momento está em Brasília buscando esses recursos, a aprovação já com os recursos empenhados na Caixa Econômica e os processos em fase de análise. Aqui está um ex-Secretário de Administração Penitenciária, o ex-Deputado Expedito Moraes, que sabe como funciona isso. Os projetos vão para a Caixa Econômica e começa a ser exigida uma série de outras pendências para ser liberada a obra para a licitação. Então, veja bem, são 3 projetos com recursos empenhados. Isso soma aproximadamente 24 milhões de reais. É muito dinheiro. Isso foi conseguido no ano passado. Tem Estado que não conseguiu uma só unidade prisional. Então, isso mostra que a nossa equipe, formada pela Dra. Socorro e Dra. Maria da Graça, ex-juíza, juíza aposentada, é muito coesa — pequena, mas coesa — e muito dedicada. Então, nós temos essas 3 unidades prisionais. E 24 milhões somados com mais 4 milhões de reais, aproximadamente, já conseguidos na época do Dr. Expedito, quando ele era Secretário-Adjunto, somado com essa unidade, que é a de Pinheiros, nós vamos para 28 milhões de recursos federais que



estão depositados na Caixa Econômica, prontos para darmos início às obras. Com essas obras, com mais o Centro de Detenção Provisória, de 400 vagas, e feito com recurso estadual, e com o Centro de Ressocialização de Bacabal, que custa aproximadamente 5 milhões, nós vamos abrir, se Deus quiser, se tudo correr bem, até o final deste ano, no primeiro biênio do Governo Jackson Lago, nós estaremos abrindo aproximadamente 1.408 vagas. Quase que duplicaremos a capacidade existente, já que hoje o sistema, historicamente, com todo o tempo que se passou, com as construções de pequenas unidades prisionais, que foram construídas nos últimos 2 anos — foram 3 pequenas unidades —, somam-se 1.726 vagas. Nós criaremos, se Deus quiser, até o final deste biênio, mais 1.408 vagas. Eu anotei aqui a criação da Vara de Execuções Penais. Eu acho que já é patente, é consenso que há a necessidade de criação de mais varas. Na mistura de presos. Nós estamos já elaborando um regimento interno — já está elaborado, está em fase de análise —, para fazemos a tão sonhada separação dos regimes. E isso eu já disse ao juiz de execução e aos promotores de execução. Hoje, Srs. Deputados, os senhores encontram em qualquer uma dessas unidades todos os tipos de presos, presos do regime semi-aberto misturados com presos do regime fechado, misturados com os presos provisórios. Então, nós queremos fazer a separação. Já começamos a fazer a uniformização dos agentes, tem 2 unidades. Vocês não repararam, vocês não foram da CCPJ de Pedrinhas. Mas na CCPJ de Pedrinhas puderam reparar que os presos estão uniformizados. E essa uniformização também vai seguir por cores: uma cor para o regime fechado, uma para o semi-aberto e uma para os presos provisórios. É um trabalho árduo, é muito difícil fazer essa separação e muitos vão acabar se insurgindo contra essa separação. Na medida em que na penitenciária de Pedrinhas, que é uma unidade destinada para presos em regime semi-aberto, encontram-se presos — e aproximadamente devem ser uns 20% de presos — do regime fechado. Mas encontram-se lá há muito tempo, e aí seria até injusto para um preso que já está naquele regime impróprio, que foi colocado lá não por culpa dele, mas pelos administradores anteriores, que estão lá há 8, 10 anos naquele regime. Mas, nessa separação, eles vão ter de voltar para o regime fechado? Nós vamos ter de encontrar uma situação...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Sindonis, só me permita um pouquinho.

O SR. SINDONIS SOUZA DA CRUZ - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Levando em consideração que vamos precisar que o senhor permaneça depois na tribuna para responder a algumas perguntas que serão feitas pelo Relator, principalmente, nós queríamos a colaboração para concluir essa primeira parte dentro de uns 2 minutos. Depois, o senhor vai permanecer, e algumas perguntas ainda serão feitas para o senhor pelo Relator e por outro Deputado da Mesa. O senhor vai ter a oportunidade de se aprofundar e relatar outros fatos e outros números da própria Secretaria. Então, queria que o senhor concluísse dentro de 2 minutos, e o senhor vai permanecer depois, porque vamos continuar fazendo algumas perguntas que seriam mais objetivas para nós neste momento.

O SR. SINDONIS SOUZA DA CRUZ - Pois não. Eu vou ser bem sucinto agora. Já que vou permanecer, nós teremos a oportunidade de novamente vir à tribuna. Com relação ao Plano Nacional de Saúde, coloquei um servidor que está fazendo esse contato com o município e com a Secretaria de Educação, para que assinemos esse Plano Nacional de Saúde. Ele me deu a feliz notícia de que no final de abril, no máximo, esse plano estará assinado. Teremos uma equipe multidisciplinar para atender as unidades prisionais. Então, o problema da assistência médica aos internos, esperamos atingir nesse ano ainda. Gostaria aqui de deixar... Tenho aqui um ofício que responde às indagações do Sr. Presidente quanto a cursos, quanto a óbitos ocorridos no sistema. Traço uma radiografia do sistema prisional maranhense. Gostaria de deixar aqui para o senhor o Ofício de nº 146 que responde àqueles questionamentos que o senhor havia feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. A CPI recebe.

O SR. SINDONIS SOUZA DA CRUZ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Subsecretário, que fala aqui em nome da Secretaria de Justiça. Agradecemos também o apoio recebido durante todo o dia de hoje por parte do Governo do Estado, o apoio logístico principalmente aos trabalhos da Comissão. Assim como



nós agradecemos também à Polícia Civil, à Polícia Militar e à Polícia Federal também pelo apoio que deram à CPI.

Quero passar a palavra agora, para uma saudação, ao Dr. Ribamar, e, logo em seguida, ao Deputado Pinto Itamaraty. Depois, ao Relator, para fazer algumas perguntas aos convidados que estão conosco aqui.

Queremos registrar a presença do Subsecretário de Assuntos para a Juventude, Sr. Márcio Jardim.

Com a palavra o Deputado Federal Ribamar Alves.

O SR. DEPUTADO RIBAMAR ALVES - Sr. Presidente, gostaria de pedir permissão para falar da tribuna, para lembrar do meu tempo de Deputado Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pode matar a saudade.

O SR. DEPUTADO RIBAMAR ALVES - Sr. Presidente desta Casa em exercício, meu querido Deputado Estadual Pavão, com quem tivemos a oportunidade de estar aqui juntamente com Expedito Moraes, que também era Deputado Estadual à época em que passei aqui 11 meses. Quero saudar aqui Neucimar Fraga, esse grande Deputado, a quem aprendi a gostar e a admirar — e temos uma amizade recíproca; o Deputado Dutra, que nos convidou para vir até aqui e a toda a bancada federal — um convite do Dutra passa a ser mais uma intimação. É um amigo por quem tenho muita admiração, pelo trabalho. Parabenizo-o pela iniciativa de criar esta CPI para ajudar como um grãozinho de areia, como um tijolinho, na construção da democracia verdadeira deste País.

Saúdo o companheiro Pinto Itamaraty, que tem sido um grande batalhador na Comissão de Segurança da Câmara Federal, um grande companheiro, que tem trabalhado bastante, o Dr. Jamil, o Zagallo, esse amigo que tem nos ajudado a desenvolver este mandato de Deputado Federal, contribuindo bastante; saúdo aqui o Dr. Sindonis e todos e todas presentes.

Fiquei muito contente ao ver que o Maranhão também está presente neste momento dessa construção democrática que se passa no País. Nós, ao presenciarmos uma sessão de audiência pública de uma CPI que investiga, que examina o sistema carcerário do Brasil, tivemos aqui depoimentos os mais variados possíveis, da maior magnitude e importância. Todos contribuíram bastante, e eu saio daqui com a certeza, com a convicção absoluta de que o problema carcerário no



País não vamos resolver apenas resolvendo as questões penitenciárias. Ninguém, nenhum cidadão ou cidadã, que se encontra por trás das grades por transgredir a lei o fez de livre e espontânea vontade. Pode ter feito por livre e espontânea pressão, pela falta de condições humanas de viver.

O Maranhão, Deputado Neucimar, detém os piores indicadores sociais do Brasil. Nós temos 60% da população ganhando menos de meio salário para sustentar a família. Nós temos o maior déficit habitacional deste País. Nós temos a maior exclusão social, a maior concentração de renda. Oitenta por cento da população maranhense ganha até um salário mínimo. Se você não tem acesso às políticas públicas, se o hospital não te dá a saúde que precisa, se a educação é falimentar, se você não tem emprego, não tem renda, se você não tem dignidade de vida, você se desespera. E o gato, quando está com raiva, acuado, ele “azunha”, como se diz no interior, e mata, se prostitui. A prostituição no Maranhão é gritante, é alarmante. A criminalidade vem de onde? Aqui foi dito: a maior população carcerária é do Brasil. São os pobres, as classes menos favorecidas. Onde tem emprego, onde tem renda, a violência diminui.

Eu sou favorável à construção de mais prisões, e, principalmente, se nós pudéssemos fazer regionalizadas. Em cada região, porque se humanizaria, geraria mais emprego, mais renda. O Governo Estadual criou centros vocacionais tecnológicos em todas as regionais do Maranhão. O Governo Federal do Lula está implantando CEFETs em todas as regiões do Maranhão. Você daria oportunidade de ressocializar. O Governo do Estado está construindo hospitais regionais; o primeiro, em Presidente Dutra, está em fase de conclusão. Estão singrando estradas para todo o lado. Cento e duas escolas foram entregues o ano passado; tem 150 para serem feitas este ano. É a educação pipocando neste Maranhão. Um bilhão de reais foram investidos no ano passado em infra-estrutura neste Estado, coisa nunca dantes vista. Não se pode resolver os problemas seculares, coloniais.

Desde quando Martim Afonso de Souza aportou na Vila de São Vicente que o Brasil vem sendo massacrado, que foi recebido por João Ramalho. Quem era João Ramalho? Um bandido português que veio aportar no Brasil. Não se pode resolver esses problemas maranhenses em um ano, mas as coisas estão acontecendo.



O Dr. Sindonis fez aqui a radiografia de um trabalho de um ano para poder construir uma sociedade justa e digna. A Dra. Eurídice, que é do meu partido, que é peessebeísta, que é socialista, esposa do nosso candidato a Governador, está dando uma demonstração inequívoca de que é possível trabalhar, sim, contra a violência usando as armas da democracia, as armas da cidadania e da civilidade. Não é preciso trocar buduna por buduna, dente por dente, olho por olho; é preciso trabalhar para conscientizar, para melhorar a qualidade de vida do cidadão.

O nosso Governador, Jackson Lago, tem sido incansável na busca dos resultados, para que possamos ter o Maranhão que sonhamos e o Brasil que queremos.

Acredito que todos nós, como Deputados Federais, vamos ajudar a construir esse momento.

Fico satisfeito, muito feliz. E fico triste, porque vim pela manhã pensando que a sessão era pela manhã. Cheguei aqui todo empacotado a vácuo, não tinha sessão — era à tarde, confundi os horários —, e não pude recepcioná-lo como você merece.

Quero pedir desculpas, porque tenho que ir para Presidente Dutra, porque tenho que amanhecer o dia no Creoli, um povoado de Graça Aranha, depois ir a um seminário em Presidente Dutra, outro em Pedreiras, porque socialismo se constrói conversando, levando para as bases e colhendo das bases subsídios para fazer um bom mandato.

Muito obrigado pela sua presença, Deputado Neucimar, muito obrigado pela CPI. Espero que o Maranhão contribua para a construção dessa grande democracia que será o nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que agradecemos ao Deputado Ribamar Alves, nosso colega de Parlamento, e agradecemos também ao povo maranhense o carinho, a recepção.

Passo a palavra agora a esse Deputado que chegou à Câmara Federal no ano passado e já tem demonstrado trabalho em favor deste Estado e em favor do Brasil, inclusive assumindo a Vice-Presidência da Comissão de Segurança Pública, da qual faço parte, na Câmara Federal, nosso colega de Parlamento Pinto Itamaraty.

O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY - Obrigado, Presidente.



Nós queremos agradecer as palavras do nosso Presidente Neucimar Fraga, um dos grandes políticos deste País, que tem demonstrado. Esta não é a primeira Comissão que ele preside. Já presidiu outra Comissão muito importante, de repercussão nacional, que foi a CPI do Tráfico de Órgãos em nosso País, que teve destaque nacional, e foi escolhido por nós também — eu tive a grata satisfação, ao lado do meu colega Dutra, de escolhê-lo — Presidente desta Comissão, pela sua vontade e pela sua forma eficaz de conduzir os trabalhos com muita imparcialidade.

Agradecemos ao nosso Presidente Pavão, que colocou à disposição da CPI toda a infra-estrutura, e também ao nosso Presidente Evangelista, que está em fase de recuperação. Pedimos a Deus que ele volte o mais rápido possível.

Agradecemos a todos os membros da Assembléia Legislativa por esta oportunidade e também ao nosso colega Ribamar Alves, que tem sido um parceiro muito forte na Câmara Federal.

Não cabe a nós, integrantes da CPI, fazer o que vou fazer. Mas farei por 3 motivos fundamentais: primeiro, porque fui Vereador desta Capital e conheço, como poucos, a realidade da segurança pública. Fui um dos Vereadores que mais debateram segurança pública na Câmara Municipal de São Luís, levando inclusive para debater o ex-Secretário de Segurança, atual Deputado Raimundo Cutrim. Tive a coragem de levá-lo para a Câmara Municipal. Tive a coragem de debater e bater de frente com os governos anteriores que comandavam este Estado, pedindo mais reforço, mais investimento na segurança pública. E, agora, como Deputado Federal, faço parte da Comissão de Segurança Pública nacional, como Vice-Presidente. Tive oportunidade de integrar esta Comissão.

A gente escutou e pôde observar vários depoimentos, várias colocações — cada qual tem o seu ponto de vista, que deve ser respeitado. Aqui foi colocado pelo representante da OAB, o defensor público, o que defende o Governo, o que defende os presos, o que defende os policiais. Então, cada qual tem um ponto de vista. Parece-me que, se aquele ponto de vista fosse respeitado ou fosse atendido, tudo seria resolvido. Não é bem verdade. Resolver depende de todos nós.

Como meu nome foi citado aqui na tribuna, quero responder a D. Maria da Graça. Disse hoje, na entrevista, que era necessário construir mais presídios, e é. Vou-lhe dizer por quê: como está superlotada a nossa capital e, inclusive, a maioria



dos presos é oriunda de outras cidades maranhenses, é necessário construir presídios lá na sua região. Se isso acontecesse, não seria necessário trazer para a capital. Mas não basta construir o presídio lá. É necessário que tenha a Vara de Execução Penal, é necessário que tenha o Defensor Público, é necessário que tenha o Promotor Público lá para trabalhar com essas pessoas.

A sociedade clama por mais segurança, a sociedade clama pela contratação de mais policiais, isso é bem verdade e é necessário. Mas devemos informar que, quanto mais contratarmos policiais, mais segurança nós teremos na rua e mais presos poderemos ter também nos xadrezes, nas cadeias, no sistema prisional.

Está sendo construído em Pedrinhas um novo presídio, que vai dispor de 400 vagas. É para resolver o problema? Não. É apenas para aliviar os presos das delegacias da Capital e de outras partes, dos interiores. Então, não vai resolver, apenas vai aliviar. Entretanto, devemos citar que neste Governo estão sendo disponibilizadas 400 vagas e foram contratados mil policiais. Vai resolver? Não. Isso é apenas o início de algumas coisas que precisam ser feitas.

Aqui, o nosso juiz, Dr. Jamil, colocou que devem ser autorizadas mais 2 varas de execuções penais, uma para a Capital, outra para Imperatriz. Isso é suficiente? Não, mas vai colaborando, vai ajudando, porque ele sozinho está cuidando aí de enes processos.

É necessário o Governo do Estado contratar mais policiais civis? É. Vai resolver? Não, mas vai melhorando.

Eu acho que é preciso, na verdade, haver uma integração entre sociedade civil, Governo do Estado, governos municipais e legisladores, porque nós — e a grande maioria aprendeu dessa forma — apenas apontamos o defeito, a falha dos outros e, quando temos que contribuir, muitos deixam de contribuir. Isso é uma cultura do brasileiro, e a gente precisa ter isso numa linha de mudança. Nós precisamos ter isso com uma visão de mudar para colaborar, para contribuir.

É importante também que a gente tenha o entendimento de que esta CPI não vai resolver o problema. A CPI, pelo menos, está tendo a oportunidade de visitar todo o sistema prisional do Brasil. E a gente não poderia deixar o Maranhão de fora — imaginem se a gente ia deixar o Maranhão de fora!



Eu inclusive ouvi várias críticas de que o Deputado Dutra estaria evitando a vinda da CPI para o Maranhão. Não é verdade. Nas duas vezes em que foi agendado, não veio, porque aconteceram problemas graves em outros Estados. A gente priorizou outros Estados porque o Maranhão não estava em estado tão grave quanto outros Estados como, por exemplo, os Estados do Pará e Minas Gerais, que foram visitados por nós.

Então, há necessidade dessa compreensão. A gente teria que ver o Maranhão, sim, porque o sistema prisional do Maranhão não é diferente dos outros Estados brasileiros que nós já percorremos, em que a gente olhou e conseguiu conversar com os presos. É muito parecido, sim.

São necessários maiores investimentos? São. Mas para que são os investimentos? Tem que investir no policial, tem que investir no agente penitenciário, e inclusive nós estamos trabalhando num projeto para transformar o agente penitenciário em polícia penitenciária.

É necessário investimento nos presídios? É, sim. É necessário melhoria para as pessoas? É. (*Palmas.*) É necessário dar mais condições para os presos? É, mas não podemos achar que os presos são santos. Cada qual tem que pagar pelo que cometeu e tem que ter seus direitos respeitados. Nós defendemos que cada qual pague pelo seu erro e que também tenha o seu direito respeitado. E aqui falo com muita autonomia, muita autoridade, porque falo como cidadão comum, que não é político, falo como Vereador que fui desta Capital por 6 anos, representei a Comissão de Direitos Humanos desta Capital, como membro, Comissão de Saúde, Comissão de Educação. Então, tenho autoridade neste momento para falar.

Sou vítima da violência. Tive um filho morto na porta da minha casa — aqui ninguém tem autoridade moral, neste momento, para falar melhor do que eu — e nem assim eu entendo que prender todos os assassinos do meu filho vai dar resultado em relação ao que está acontecendo lá na penitenciária.

Eu defendo os direitos humanos — por isso, também fui integrante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal —, mas defendo que aquele que cometeu o erro tenha que pagar, mais cedo ou mais tarde. Com boas regalias ou sem regalias, tem que pagar.



Neste momento, eu defendo o cidadão comum, eu defendo o criminoso, porque, se ele cometeu o crime, ele teve algum motivo para cometer. E aí coloco exatamente os assassinos do meu filho, porque era um grupo de adolescentes que não tiveram oportunidades. São vítimas também, não tiveram oportunidade de educação, os pais não tiveram oportunidade de emprego. Se tivessem, talvez não tivessem matado meu filho na porta da minha casa. Eu me sinto bem à vontade para colocar isso. O que precisa é nós deixarmos de acusar uns aos outros e mostrar propostas, como colocou aqui o Dr. Jamil. Eu já estive com ele, inclusive, quando era Vereador. Estive lá lhe visitando, discutindo a questão dos processos da execução da vara dele, e era apenas Vereador de São Luís, mas já era um dos defensores da segurança pública aqui. Eu acho que o Dr. Zagallo lembra muito bem da minha luta quando eu estive na Câmara defendendo e fui vítima da violência. Isso, eu ter sido vítima da violência, não me dá direito de defender o cidadão mais do que o bandido e o bandido mais do que o cidadão. Eu estou no papel de legislador, estou no papel de integrante da Comissão, desta CPI, e vou buscar condições, junto com meus colegas, no Ministério da Justiça, com o Governo Estadual, com o Governo Federal. Eu fui a pessoa que mais bati de frente com o nosso Governador para contratar os policiais concursados. Eram 1.200, ele contratou mil, está com a promessa de contratar mais 200, os policiais civis, os médicos peritos. Então, eu sou um dos grandes defensores. Entretanto, eu acho que o que temos que fazer é unir as forças para buscar soluções.

E nós, enquanto Deputados Federais, estamos fazendo a nossa parte. O Deputado Dutra, o Deputado Neucimar, os outros colegas que não puderam estar aqui, o colega Deputado Felipe Bornier, que teve que ir embora às 14h30, eu, que estive percorrendo este Brasil inteiro, o nosso objetivo é buscar soluções, sim, para todo o Brasil e não só para o Maranhão. E, assim, espero poder ser compreendido, porque quando eu me desligar da Comissão, eu vou continuar defendendo o Maranhão, eu e o Dutra, porque nós somos Deputados Federais do Maranhão e do Brasil. Então, nós vamos continuar com essa luta. Agora, vamos cobrar do Governador? Vamos. Vamos cobrar do diretor penitenciário? Vamos. Vamos cobrar do Dr. Jamil? Vamos. Vamos cobrar que a OAB faça a sua parte? Vamos. Do defensor público? Vamos. Vamos conversar com o Governador para a questão do



defensor público? Vamos. Eu acho que nós precisamos entender que todos temos dificuldades. Tem dificuldade o Governo do Estado, porque ele herdou, na verdade, problemas, como disse aqui, seculares, que precisam ser resolvidos. Agora, ele precisa ser mais despojado, ele precisa ser mais comprometido, e é isso que nós vamos buscar do Governador. O Ministério da Justiça tem milhões e milhões e milhões de reais para serem aplicados na segurança pública nacional. Entretanto, muitos dos Governadores, através do seu Secretário de Segurança, não conseguem apresentar projetos a contento para retirar os recursos para aplicar nos seus Estados. E é também uma das soluções que vamos trabalhar como Governo do Estado.

E já disse aqui o colega Dutra que nós vamos convidar todos os Governadores para uma audiência pública em Brasília, o nosso Presidente aqui também, Neucimar Fraga, tanto para a Comissão de Segurança quanto para a CPI, para discutir projeto para os Estados. Porque agora mesmo retornou um valor muito alto do Ministério da Justiça, porque os Governos Estaduais não tiveram a capacidade de elaborar projetos para ir buscar o dinheiro do Ministério da Justiça. E nós temos o projeto PRONASCI, que foi colocado numa entrevista pelo nosso Presidente, que é um projeto fantástico. O Maranhão não foi inserido nesse projeto, mas há várias partes desse projeto que poderão ser aproveitadas para o Maranhão. E é dessa forma que vamos trabalhar.

E eu tinha de fazer essa colocação. A necessidade da construção de mais presídios não é para botar mais presos, é para dividir os presos que já estão aí, que já estão, inclusive, uns estão com pena de 10, 12, 15, 18 anos. E é para dar um alívio, para que a gente pelo menos dê um alívio àquela infelicidade que a gente pôde observar hoje em Pedrinhas, na CCPJ, que não é diferente das outras cadeias brasileiras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Deputado Pinto Itamaraty.

Vamos passar a palavra agora ao Relator, que vai fazer algumas perguntas. Eu vou convidar logo o Subsecretário para que possa ficar aqui na tribuna, porque algumas perguntas serão direcionadas a ele, acredito que boa parte das perguntas.



E deixar aqui também para os presentes as nossas considerações a respeito do sistema carcerário do Brasil. Muitas pessoas acham que temos muitos presos. Os Estados Unidos têm 2,5 milhões de presos, 1% da população americana está presa. No Brasil, temos 0,3% da população presa. Temos 420 mil para uma população de 180 milhões. Hoje, nós precisamos de 220 mil novas vagas somente para redistribuirmos a população carcerária existente. Somente para isso.

E não dá para falar em programa de ressocialização de trabalho em cadeia, de educação, se não construir novas vagas. Então, esse discurso de que não adianta construir novas vagas é um discurso que não contribui, porque hoje é preciso construir novas vagas. Porque não adianta você pegar o seu filho, matricular na melhor escola do Maranhão, com o melhor professor, com a maior mensalidade, com o melhor diretor, com o melhor método de ensino, se na sala que cabem 50 alunos tiver 150. Ele não vai aprender nada. Primeiro, que o professor não vai conseguir ensinar 150 alunos se a capacidade dele é para 50 ou 40. Segundo, que o ar-condicionado da sala não vai funcionar para 150, porque foi feito para funcionar com 40. Terceiro, que não vai ter cadeira para todo mundo sentar para aprender, vai ter de estudar em pé.

Então, hoje, com o sistema atual, não tem como você cobrar do diretor que os presos trabalhem numa casa, numa unidade penitenciária, porque lá não há espaço para trabalhar. Nós fomos visitar presídios que não têm lugar se todos os presos hoje...

Hoje nós visitamos algumas celas. Se todo preso estiver deitado, não cabe. Tem uns que têm que deitar em cima do vaso. Se mandar todo mundo sentar, não cabe. Nós visitamos uma unidade ali em que os presos ficam nas redes, pendurados. É uma cena horrível. Então, se nós não construirmos novas unidades, primeiro, não resolve o problema. Nós temos que construir escolas para quem quer estudar e construir mais presídios para quem quer fazer a opção pela vida do crime, porque a criminalidade também não vai acabar de uma hora para outra no Brasil. E não adianta a gente ficar atribuindo a criminalidade à pobreza, porque os ricos também cometem crime no Brasil.

Mas como disse o advogado, tem gente que fala que no Brasil a lei não é igual para todos. Não é verdade. A lei é igual para todos, só que nem todos podem



pagar um bom advogado. Essa que é a verdade. Quem tem dinheiro para pagar um bom advogado não vai preso, ou, quando vai preso, sai rápido. Porque o que nós percebemos é que muitos estão presos por falta de uma boa defesa técnica, como foi falado aqui pelo representante da OAB. Mas a lei é igualzinha para todos. Agora, nem todos podem pagar um bom advogado para fazer uma boa defesa.

E nós temos um outro problema no Brasil em nossa legislação. No Brasil, as leis não são feitas para serem cumpridas, são feitas para serem interpretadas. E aí, de acordo com a interpretação, sai o julgamento. E tem muita gente que interpreta de acordo com a conivência, ou com a convivência, ou com a consciência. Quando interpreta de acordo com a consciência, todos têm a mesma possibilidade. Agora, quando interpreta de acordo com a conivência ou com a convivência, aí há injustiça. E nós, legisladores, nós fazemos parte de um conselho legislativo no qual nós fazemos leis para serem interpretadas pelos juizes, pelos advogados, pelos promotores. Não fazemos leis para serem cumpridas. Nossa lei é a seguinte: “Poderá o juiz, deverá o juiz...” É sempre assim. Nunca é determinante a forma de cumprimento da lei no Brasil.

Então, além dessas falhas, nós temos um Código Penal ultrapassado. No Brasil, um réu confesso não é considerado culpado enquanto o processo não for transitado em julgado. E muitas vezes o inocente tem de provar a sua inocência dentro de uma cadeia, dentro de um presídio. E às vezes é difícil entender esse conjunto de normas.

Nós temos um Código Penal no qual ao cidadão é garantido o direito de não falar a verdade, porque é garantido a ele o direito de não produzir prova contra ele, ao mesmo tempo em que ele presta juramento dizendo que se ele não falar a verdade, se ele omitir-se do seu dever, ele pode ser punido. Então, a lei é cheia de contradição.

Então, é por isso que a CPI, além das propostas e sugestões que vamos fazer aos Governos Estaduais e ao Governo Federal, vai fazer também proposta de alteração da legislação penal.

Que tipo de preso que nós temos que de dia ele não é perigoso, ele pode sair, pode estudar e trabalhar, e de noite tem que vir dormir na cadeia? Que tipo de consciência, que tipo de mente é essa?



Então, nós sabemos que essas controvérsias existem. E muitas vezes os presos albergados, que saem de dia para trabalhar e de noite voltam para a cadeia, eles têm de trazer droga para a cadeia, porque senão morrem lá dentro; têm que trazer arma porque senão morrem lá dentro. E às vezes são cúmplices das tragédias que ocorrem dentro das cadeias brasileiras. É por isso que o Congresso aprovou agora a utilização da pulseira eletrônica, que o cidadão vai poder usar, principalmente o preso de semi-aberto e o preso albergado, ou o preso de menor potencial ofensivo.

Nós não temos só um problema causador da violência no Brasil. “Ah, é a falta de educação!” Mas e os que já passaram pelas faculdades, que cometem crime no Brasil? Aí nós tínhamos que mudar a lei: em vez de dar cadeia especial para quem tem curso superior, aumentar a pena, e dar uma redução de pena para quem é analfabeto no Brasil. Mas a lei não fala assim. É ao contrário. A lei garante cadeia especial para quem tem curso superior, e depois nós falamos que a culpa da violência é a falta de educação. Então, nós temos uma série de equívocos que precisam ser corrigidos. E nós vamos ter coragem na CPI para discutir todo esse assunto. Nós vamos discutir a questão dos presos de menor potencial ofensivo, que poderiam estar pagando pena alternativa. Tem cidadão que rouba uma roupa no varal, no interior, e vai preso. Fica 2 anos para ser julgado, aí o juiz, quando julga, dá uma pena alternativa. Mas ele ficou 2 anos preso já, ocupando espaço, teve que assumir crime, foi violentado, foi torturado.

Então, por que o cidadão tem que prestar um depoimento para o delegado, se tudo o que ele fala para o delegado ele pode desmentir para o juiz? Por que o cidadão tem que prestar um depoimento para o Ministério Público, para o promotor, se tudo o que ele fala ele pode desmentir diante do juiz? Se ele pode avocar o direito de não falar nada e só falar diante de juiz? É por isso que em algumas nações o preso não tem que prestar depoimento para delegado, para promotor. Ele vai direto ao juiz. O juiz julga, determina a corte, determina a fiança ou determina a sentença para ele. E se ele confessa ele tem uma redução na pena. Isso, sim, são mecanismos que, se o povo brasileiro, as instituições defenderem, e o Congresso tiver peito para bancar, poderão ser instrumento para arrefecer o crescimento da



população carcerária no Brasil, além dos investimentos sociais que o Governo já está fazendo nas diversas áreas.

Muito obrigado.

O Deputado Domingos Dutra tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, obrigado pela palavra. Parabéns pela reflexão. Eu queria primeiro me solidarizar com o Deputado Pinto Itamaraty pelo sofrimento que passou pela perda do seu filho. E aproveito para dizer que esta CPI também está pensando, está preocupada com as vítimas da violência, porque nós sabemos que a grande maioria das vítimas também são pessoas pobres. Portanto, nós temos preocupações também com as vítimas da violência.

Informo que a grande maioria dos que estão presos não são presos irrecuperáveis. Há uma minoria que já vive do crime. Essa minoria coordena as chamadas organizações criminosas, que controlam boa parte dos presídios e têm atuação fora deles. Mas a grande maioria são pessoas que praticam pequenos delitos.

Nós encontramos aqui, como encontramos em Fortaleza, pessoas presas porque roubaram uma lata de leite. Uma lata de leite para alimentar seu filho. Então, se o Judiciário, se a Polícia não tivesse tanto poder como tem hoje, evidentemente uma pessoa dessa, se fosse chamada na mesma hora à frente do juiz, o flagrante poderia ser convalidado, mas seria posta em liberdade.

Dito isso, nós queremos informar que nós acreditamos que a população carcerária existente hoje tem alternativa, porque, se a Nação brasileira, se os 27 Governadores, se o Governo Federal, se o Poder Judiciário do nosso País, se o Ministério Público, a Defensoria e a sociedade civil não tiverem condições de cuidar de 420 mil brasileiros, nós não teremos condições de dar conta dos 185 milhões de brasileiros que nós temos.

Está provado que esta Nação tem espaço para todos. O que falta é sensibilidade. E essa falta de sensibilidade decorre da falta do conhecimento. A grande maioria dos políticos tem nojo de preso, tem medo de penitenciária, não chega próximo. E na medida em que não conhece, não tem condição de tomar uma atitude, porque não se sensibiliza.



Aqui foi dito pela D. Maria e foi dito pelo juiz que nem tudo se resolve com dinheiro e nem tudo se resolve com leis.

A Lei de Execução Penal tem 24 anos de história. É uma lei excelente. Por que não é respeitada? Porque aqueles que a têm que executar não têm sensibilidade: não conhecem, não vêem, não choram, não sentem; são seres insensíveis.

Portanto, é preciso conjugar instituições, é preciso ter recursos, mas é preciso ter seres humanos para executar as políticas de Estado. E nós sabemos que a grande maioria dos que exercem o Poder neste País, no Legislativo, no Judiciário, no Ministério Público se consideram semideuses quando se investem de um cargo público.

Quero também, Sr. Presidente, fazer mais 3 comentários. Primeiro, nessas visitas, cada Estado repete realidades que são comuns: superlotação, deficiência na assistência jurídica, alimentação imprestável etc. Mas cada Estado tem apresentado características próprias. No Estado do Pará, a característica é mulheres presas com homens. Em Abaetetuba, uma menor foi presa com até 40 homens. E encontramos presas que tiveram filhos com outro preso para se proteger dos demais.

No Estado de Minas Gerais a característica é morte de presos mediante fogo. Trinta e três presos morreram em 4 meses, em 2 celas, queimados.

No Estado de Pernambuco a característica é que o preso faz o papel do agente penitenciário. Cada preso cuida de um pavilhão e aquele preso cobra para o outro preso ter sexo, cobra por comida, cobra por visita. Inclusive esse preso, que é chamado de chaveiro, tem quitanda dentro da penitenciária, no Presídio Aníbal Bruno. E esse chaveiro, que é um preso que tem uma quitanda, subloca. Nós encontramos uma quitanda que um preso sublocou de outro preso e ainda emprega 3 pessoas.

No Estado do Ceará, em Fortaleza, a característica é comida dentro de saco. Imaginem arroz velho, feijão velho, uma carne descorada, dentro de um saco de 1 quilo, misturado, feito um angu! É uma coisa aparentemente inofensiva, mas a visão que nós tivemos é a de uma tortura muito grande.

No Estado do Piauí a característica foi tortura de presos. Encontramos, no Centro de Detenção Provisória, vários presos que foram torturados. Nós



encaminhamos 17 para o Instituto Médico Legal, voltamos ontem ao presídio às 10 da noite, apreendemos celulares. Portanto, lamentavelmente, há tortura.

Aqui há muitas denúncias de torturas, mas, para a Relatoria, o que marcou aqui foram 2 coisas: a infra-estrutura da penitenciária e do Centro de Detenção Provisória absurdamente inadequada, suja, uma visão absurda. Mas o mais chocante é o excesso de prazo. Se forem confirmados os relatos que nós temos aqui de presos que já estão há 1 ano além da sua pena, isso é muito grave. Primeiro, é uma agressão do direito do preso. Segundo, a superlotação, com todas as conseqüências — para nós, porque somos nós que estamos pagando o custo desse preso.

Portanto, aqui no Estado do Maranhão o que me impressionou foi o excesso de prazo: pessoas que estão ali indevidamente. E aí a conta tem que ser debitada principalmente ao Poder Judiciário; principalmente ao Ministério Público. Porque não precisa que o preso tenha advogado; pode agir de ofício. O juiz tem obrigação de agir de ofício; o promotor tem obrigação de peticionar (*palmas*); o promotor é o defensor da sociedade. Não precisa ter advogado dativo, defensor público, se o promotor sabe que ali tem um preso com excesso de prazo.

Portanto, para a Relatoria, Deputado Pavão, o que eu vou repetir é excesso de prazo: presos que estão ali reclamando que já cumpriram a sua pena, com mais de 1 ano que estão ali, acima da pena, que estão presos.

Avançando, nós pegamos muitos relatos, Dr. Sindonis, de tortura. O senhor viu. Nós tiramos fotografias. Recebemos do Dr. Antônio Pedrosa um dossiê. Portanto, a Relatoria dispensa ter que ouvir esses presos para algo que já está patente, com documento da sociedade civil, com fotografias e com depoimentos gravados. Até porque trazer esses presos aqui é colocá-los em risco, porque, ao voltarem para lá, a peia come de novo.

Portanto, eu queria dizer ao Dr. Sindonis que nós vamos relatar todos os casos de tortura. O relatório final vamos encaminhar ao Ministério Público, vamos encaminhar a todas as instituições que hoje têm o papel de evitar que a tortura se repita.

O preso, o cidadão cometeu um delito, foi julgado, não provou sua inocência, é condenado, tem que ser preso mesmo. Mas o preso perdeu apenas a sua



liberdade, não perdeu a sua alma, não perdeu os seus direitos. Evidente que eu estou preocupado com as vítimas. Muitos dos presos que estão lá se dizendo coitados agora enlutaram famílias, deixaram mulheres viúvas, deixaram filhos órfãos, mas nós, enquanto instituição, não podemos agir por vingança. Eles já foram punidos, foram presos e não podem ser tratados como animais. Ao defender que o preso seja humanizado, estou não apenas defendendo ele, estou defendendo a minha vida e a de todos, porque, na hora em que eles saírem de lá, eles vão cometer novos crimes, com maior perversidade. Porque o sentimento de um homem que está num espaço que era para 10 e que lá tem 70, como verificamos no 2º Distrito de Contagem, onde 6 homens dormem em cima do sifão, em cima do banheiro... Então, é impossível que esse homem não saia dali brutalizado. E é evidente que quando ele sair de lá ele só pensa numa coisa: vingança.

Portanto, nós queremos pedir ao Dr. Sindonis, informar e pedir ao senhor, que determine aos estabelecimentos penais que visitamos hoje que não tomem nenhuma atitude de represália por conta dos presos que relataram casos de denúncia, porque a CPI, a partir de agora, é responsável por todos esses presos. E nós vamos voltar a todas as celas para saber se houve algum tipo de repressão, tentativa de coação a esses presos. (*Palmas.*) Queremos pedir ao senhor.

E quero dizer isso porque lá em Valparaíso encontramos celas superlotadas, presos massacrados. Nós recomendamos ao delegado que tomasse medidas. Eu voltei lá, numa incerta, e para minha satisfação a delegacia já tinha conseguido 2 carros, porque não tinha nenhum, a alimentação tinha melhorado, o delegado não tomou nenhuma atitude repressiva contra eles. O ambiente estava calmo.

E quero dizer também que chegamos a Fortaleza anteontem, estava o batalhão da Polícia armado, dizendo: "*Não cheguem perto de preso*". É uma coisa errada. Os presos estão pedindo socorro. Até agora nenhum preso fez careta feia para nós, nenhum levantou o dedo. Todo mundo está pedindo socorro, porque ninguém visita preso.

Portanto, eu queria fazer esse pedido ao senhor, de tal forma que a gente possa ajudar nos processos.

Eu queria perguntar ao Dr. Sindonis, bem objetivo, bate-pronto de perguntas e respostas.



Perguntaria ao senhor quantos mil mandados de prisão estão para ser cumpridos no Estado do Maranhão, se o senhor tem essa informação.

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Tenho sim. Essa informação foi passada pela Polícia Civil, através da Delegacia Geral. Em torno de 9.200 mandados de prisão a serem cumpridos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - No Maranhão?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - No Maranhão. Só no Maranhão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nove mil?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - É. Esclarecendo, não quer dizer que sejam 9.200 pessoas. Pode ter uma pessoa com 2, 3, 4, 5 mandatos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é a população carcerária do Estado, hoje?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - A população carcerária do Estado, no sistema prisional, é em torno de 3.208, parece-me. Três mil, duzentos e oito. Nas delegacias de polícia da Capital, 420, aproximadamente, e nas delegacias do interior, 1.950, por aí.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dos que estão em penitenciária, quantos trabalham, em que trabalham? Esse trabalho foi mediante algum estudo, principalmente de mercado?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Olha, eu não posso... Não sei informar V.Exa. porque cada unidade tem um grupo de servidores que trata da laborterapia. Não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas é da parte do senhor esses dados?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Porque um dos problemas do sistema é que não há estatística. Se não há estatística confiável, é impossível gerar políticas. E a gente tem visto em quase todo o Brasil que o trabalho que os presos fazem é artesanato, que não tem valor econômico nenhum. Na verdade, é uma grande enrolação para fazer de conta que os presos estão trabalhando. No máximo, serve para remir a pena, mas quando eles saem de lá não têm o que fazer com o artesanato.



Portanto, fica aqui o pedido. Eu sei que o senhor já está... E eu quero também aproveitar para reconhecer os avanços deste ano de governo, com viaturas que vieram para cá, com recursos. Eu estive no DEPEN. O Dr. Maurício nos disse que o Estado do Maranhão é o Estado que tem o maior índice de confiança nas informações prestadas, que antigamente não tinham. Portanto, a gente reconhece os avanços, mas reconhecemos que esse problema carcerário não é um problema de um governo, é um problema histórico.

Quantos efetivamente estudam, desses 3 mil e pouco?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Também eu não...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Também o senhor não sabe.

Tem algum estudante universitário?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Não. Que eu saiba não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A comida que é servida nos estabelecimentos é servida por eles ou é contrato?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - É contrato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quanto é o custo da refeição aqui?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Não sei dizer com precisão também, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quanto é o custo daquela obra que está sendo feita no chamado Cadeião?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - No Centro de Detenção Provisória, o custo é de aproximadamente 8 milhões e 900 mil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então dá aproximadamente 22 mil reais por vaga dividida por 400?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - É aproximadamente isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, o custo de uma vaga ali, para implantação, é de 22 mil reais?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o custo de um preso hoje?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - No Estado é de aproximadamente mil reais/mês.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mil reais. Diga-me o seguinte: no último ano, quantas tentativas de fuga, quantas fugas ocorreram?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Eu tenho esse dado estatístico, mas aqui no momento não sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E quantas mortes?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Foram 14 mortes em todas as unidades prisionais, sendo 2 mortes naturais e 12 mortes... Mas dessas 12, parece-me que 2 foram por enforcamento — está em apuração — e 10 ligadas a brigas entre eles.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantas mulheres se encontram presas hoje? Você tem esse dado?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - No sistema, 700...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Do Estado todo?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Não, do Estado todo eu não tenho esse dado preciso, porque há as delegacias do interior que não fazem parte da administração penitenciária da Polícia Civil, que coordena. Mas, na Capital, no CRISMA, uma unidade para 40 vagas, temos aproximadamente 72 presas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem informação de quantas mulheres estão presas, os seus maridos estão presos e os filhos também estão presos?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Não, não tenho essa informação. Eu gostaria de esclarecer aqui que recentemente o Estado do Maranhão assinou convênio com o DEPEN para implantação do INFOPEN Gestão. O INFOPEN Gestão é um programa de gestão prisional. Isso, na medida em que o preso adentra as unidades prisionais, e nós já começamos a fazer esse cadastramento, vai ser possível nós acompanharmos a execução. O próprio programa avisa quando os presos passam a ter direito, por exemplo, a progressão de regime, a livramento, a algum benefício jurídico. E aí nós temos toda a informação do preso, dos familiares, dos locais, da impressão digital ou figura, que vai propiciar ao Judiciário, ao Ministério Público, ao juiz que vai examinar a possibilidade ou não de relaxamento de prisões em flagrante, porque o Judiciário vai ter acesso a esse banco de dados; e



vai ajudar na radiografia de todo o sistema penitenciário nacional, porque a maioria dos Estados já estão aderindo a esse programa do DEPEN.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Sindonis, quantos celulares foram apreendidos no ano passado dentro das penitenciárias e cadeias públicas?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Deputado, eu não tenho essa informação, mas foram vários celulares. A cada revista praticamente se encontra 1 celular.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O ingresso deles se dá através de quê? Por convivência dos agentes, por partes íntimas dos presos?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Olha, nós temos informações de que alguns passam através de servidores públicos; outros adentram em partes íntimas, no corpo principalmente de mulheres.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos procedimentos disciplinares foram instaurados contra agentes e outros servidores? Quantos foram punidos?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós ouvimos muitas reclamações de maus-tratos. O senhor tem conhecimento da prática de tortura nos estabelecimentos? Se tem, quantos processos foram instaurados?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Olha, todas as denúncias de maus-tratos ou de tortura nós encaminhamos imediatamente para a corregedoria dos estabelecimentos penais e para os órgãos de correição. Se a notícia partiu de maus-tratos praticados por policiais militares, imediatamente é oficiado o Comandante-Geral da Polícia Militar para que se instaure no âmbito da Polícia Militar essa apuração; se a denúncia vem por conta de agentes penitenciários é a Corregedoria de Estabelecimentos Penais; se é por policiais civis, a Corregedoria de Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Secretaria tem alguma assistência jurídica nos estabelecimentos?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Nós temos o PLAJUSP, um programa em que contamos com advogados. É contratado, esse advogado exerce um cargo de comissão, comissionado, e com aproximadamente 14 estudantes de Direito que



fazem esse atendimento nas unidades prisionais para auxiliar inclusive a Defensoria Pública na apreciação dos pedidos dos presos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria pedir ao senhor que encaminhasse à Comissão o regulamento disciplinar, os casos que foram instaurados, as punições e todos os documentos que o senhor tenha e que possam ser útil à Comissão.

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Nosso regulamento é antigo e nós estamos fazendo um novo regulamento. Isso está em fase de elaboração. Eu posso mandar na forma que se encontra. Isso depois vai vir para a Casa Civil e, de lá, para a Assembléia para ser votado um decreto para que nós regulamentemos e seja uma lei a nova regulamentação, o regulamento interno, padrão das unidades prisionais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor pode informar qual foi o valor da execução orçamentária no ano passado e quanto está previsto no orçamento deste ano?

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Não, não. Eu não tenho essa informação. A Secretária, se ela estivesse presente, talvez ela tivesse. Mas eu não tenho, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vou fazer uma pergunta ao senhor, extensiva ao Dr. Pedrosa, ao Dr. Guilherme Zagallo, ao Defensor Público, ao Dr. Jamil. Qual a sua opinião, se concorda com um mutirão para tentar colocar esse um terço que o Dr. Pedrosa informou aqui, que deveria estar solto e está preso. Se acha viável. Segundo, o que os senhores acham sobre a municipalização da execução da pena. Aqui foi colocada a regionalização. Então, são essas 2 perguntas que deixo a ambos os expositores. O senhor pode responder.

O SR. SINDONIS SOUZA DA SILVA - Sou favorável a esse mutirão, porque, como já foi dito aqui, é possível nós esvaziarmos um pouco mais as unidades prisionais, em que pesem os projetos da Vara de Execução Penal terem aliviado a situação daqueles que são encarcerados no regime semi-aberto. Mas nós temos muitos ainda no regime fechado e presos provisórios que poderiam já estar fora das prisões. Então, é salutar. Eu sou favorável a um mutirão. E também, Deputado, eu gostaria aqui de fazer um registro: que os senhores trabalhassem no sentido de que os municípios... Para que nós possamos fazer essa tão sonhada municipalização da



execução, nós precisamos sensibilizar os Executivos municipais e também os Legislativos municipais para que nos ajude na obtenção de espaço, de terrenos para construção de unidades. É uma dificuldade muito grande que nós temos enfrentado. Por exemplo, em Imperatriz não conseguimos. O Prefeito, em vários momentos, declara na imprensa que doou terreno, mas doou terreno em lixão, doou terreno para a Secretaria de Segurança, terrenos que estão sob litígio. Esses terrenos não servem para nós, até porque o DEPEN não aprova qualquer terreno que esteja sob litígio. Então, nós fomos obrigados, para não perder o recurso federal, a comprar um terreno em Imperatriz. Então, eu gostaria, assim, que fosse pensada uma forma de obrigar os municípios a nos doarem terreno para a construção das unidades prisionais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu convido o Dr. Pedrosa para vir para a Mesa. Vou fazer uma bateria de perguntas para ambos, para a gente ganhar tempo. Perguntaria ao Padre Luca, e também é extensivo a D. Maria, se há casos concretos de tortura com o nome das pessoas que torturaram para passar à Comissão; se os senhores têm conhecimento de mulheres presas nos mesmos estabelecimentos onde há homens; se têm conhecimento de alguma presa que tenha engravidado por conta desse contato com presos masculinos.

Quero perguntar ao Dr. Pedrosa, que fez uma exposição muito interessante. O senhor falou que era preciso democratizar o sistema. Queria que o senhor pudesse informar à Comissão o que seria a democratização desse sistema, que sugestões a Comissão poderia aproveitar. E também se os casos de tortura de que o senhor tem conhecimento estão todos eles naquela documentação encaminhada à Comissão.

Perguntaria ao Dr. José Guilherme Zagallo, primeiro, se há reclamações ou representações contra advogados que são contratados por presos, recebem honorários e não prestam a assistência jurídica correspondente ao contrato feito; e, se houver, se é possível o senhor remeter para a Comissão os processos disciplinares ou se é necessário a Comissão formalizar.

Queria também que o senhor informasse se a Comissão de Direitos Humanos da OAB tem atuação efetiva, porque eu já adianto que o nosso relatório nós vamos encaminhar para as Comissões de Direitos Humanos das Assembléias e da OAB,



porque a CPI vai terminar em breve e esse assunto é permanente. Se não houver organizações de trabalho contínuo, nós vamos ser surpreendidos todos os meses com rebeliões, mortes e maus-tratos.

Pergunto ao Sr. Defensor se tem dados relativos à quantidade de processos por defensor; se Imperatriz, Timon, Pedreiras, que têm estabelecimentos, têm defensor público; se o senhor tem conhecimento de qual é a quantidade de presos defendidos por advogado dado pelo juiz. E como se diz que tudo o que é dado não tem muito valor... É como o Dr. Pedrosa diz: se os advogados recebem um presente para trabalhar e não recebem nada do Estado, portanto, pouco trabalho exercem. Nós temos informações de que há juízes que estabelecem honorários no final da sentença. O senhor tem conhecimento se isso é só para fazer de conta, para estimular o defensor, ou se efetivamente o Estado já pagou algum dativo pelos honorários fixados?

Depois eu passo a palavra para todos, porque fica mais fácil.

Queria perguntar ao Dr. Jamil. Nós temos 217 municípios no Maranhão. Queria saber do senhor quantas comarcas existem efetivamente implantadas. Quantos juízes de vara de execução penal existem no Estado.

Quero parabenizar o senhor pelas visitas que tem feito aos estabelecimentos, por ter acompanhado a CPI e por estar aqui. No Piauí o juiz não apareceu e no Ceará, da mesma forma. Então, quero parabenizar o senhor. Vai ficar registrado o seu interesse e a sua consideração pelo trabalho da Comissão. Mas eu queria perguntar para o senhor: além do fato de ter muitos presos aqui na Vara de Execução da Capital cujo processo ficou na comarca, quais são as outras dificuldades, além também do número de processos, para conversar com os presos, porque nós encontramos muitos presos daqui que reclamam de excesso de prazo. Pergunto se o senhor considera que 1 vez por mês é insuficiente. Peço ao senhor que esmiuça mais, detalhe mais essa dificuldade desse contato com os presos. Porque em alguns lugares o juiz vai só à administração. Dali ele volta.

Ontem, no Piauí, a Procuradora da Vara de Execução entrou pela primeira vez naquele estabelecimento, porque os agentes penitenciários botavam ela só na triagem, e ela não percorria o sistema. E nós temos chegado às celas; temos conversado com os presos. Então, queria que o senhor pudesse se manifestar.



Queria ouvir a sua opinião sobre o mutirão. Queria ouvir a sua opinião sobre a viabilidade da municipalização da pena. Queria ouvir a opinião de ambos, Dr. Pedrosa e Dr. Guilherme, sobre a dispensa da presença do réu na instrução do processo. Ele é interrogado, depois ele não tem mais necessidade de comparecer, as testemunhas vão ser ouvidas, e muitas das vezes há um número muito grande de escoltas. Eu queria até perguntar ao Dr. Sindonis quantas escoltas foram feitas no ano passado, qual foi o custo dessas escoltas, quantas vezes o preso foi à audiência e não houve audiência, porque isso é importante para nós.

Qual é a opinião dos senhores sobre 2 questões: a dispensa de o preso ser ouvido na delegacia, porque ele vai confirmar ou negar no interrogatório; e a necessidade ou não de ele ser levado a toda audiência de instrução.

Queria também ouvir a opinião de ambos sobre qual é a sugestão para resolver esse fato de, numa Vara de Execução, ter muitos processos que vêm do interior; se têm alguma sugestão que a CPI possa aproveitar.

Então, em síntese, são essas as perguntas que eu deixo a todos os expositores e já agradeço.

E pergunto também, Dr. Jamil, se a Vara de Execução está informatizada. Se é possível, entrando no sistema, saber o nome do preso, a quantidade de penas, que dia ele cumpriu a pena, quantos dias ele trabalha, porque isso é uma coisa que, se estiver informatizada, eu acho que até as visitas locais seriam dispensadas.

Ontem, todo mundo viu no *Jornal Nacional* que o TSE está instaurando um procedimento bem moderno em que o título de eleitor de papel vai sumir. Nós, hoje, votamos e 30 segundos depois todo mundo já sabe o resultado das urnas. Por que o TSE avançou tanto nesse sistema e por que o sistema penal está tão atrasado? Tudo é à base da máquina. Em muitos lugares ainda existe aquela máquina em que o escrivão bate numa tecla com um dedo e o outro dedo é para puxar a tecla, que fica enganchada no papel. Então, eu perguntaria para o senhor se é viável, se é possível a gente facilitar esse atendimento aos presos.

São esses os questionamentos que eu deixo a todos os expositores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pinto Itamaraty) - Vamos começar a ouvir pelo primeiro a quem V.Exa. perguntou sobre a democratização do sistema.



O SR. LUÍS ANTÔNIO CÂMARA PEDROSA - Esse tema da democratização do sistema penal no mundo vem sendo abordado por gente que tem-se preocupado em estudar a vida inteira a criminologia, o Direito Penal. Não é algo fácil de fazer. No Congresso Nacional, nós temos visto, a cada vez que ocorre um crime de grande repercussão na mídia, os Parlamentares se abalarem para fazer reformas, remendos, no Código de Processo Penal, na legislação substantiva penal, que é o Código Penal, e essas reformas são sempre no sentido de agravar as penas, de atender a um clamor público acossado pelas notícias de violência, e normalmente essas reformas conduzem a um agravamento do sistema penal brasileiro. Ou seja, os apenados, em função dessas reformas pouco fundamentadas num Direito Penal moderno, passam a ficar mais tempo nos presídios, a possibilidade de progressão dos regimes é sistematicamente reduzida, e o sistema penal, além de ficar mais caro, fica cada vez mais superlotado. O que se discute para a modernização de um sistema penal no mundo significa o movimento contrário ao que se faz aqui no Brasil. A prisão passa a ser um modelo de punição secundário em relação a inúmeras outras formas de punição que se pode fazer dentro do sistema. Por exemplo, é muito mais fácil você obter uma punição que seja realmente sentida por um apenado obrigando-o, por exemplo, a trabalhar para poder pagar a vítima do seu dano do que mantê-lo simplesmente na prisão. Normalmente, essa punição em forma de prisão que existe no mundo inteiro está sendo negada como um sistema eficiente para a recuperação social do apenado. Estão-se criando, estão-se estudando novas formas de punição, de modo que o apenado possa sentir que ele cometeu um erro e precisa reparar seu erro. E, assim, o próprio Estado se desvencilha de uma série de outras preocupações. A pena de prisão está sendo estudada como necessária apenas para aqueles criminosos chamados residuais, ou seja, os criminosos que praticam os crimes violentos. O nosso sistema penal não é democrático porque ele busca atingir principalmente aqueles criminosos dos delitos que não são os delitos mais graves. Se você percorrer a Delegacia de Roubos e Furtos, você vai ver que lá estão presos os criminosos que não têm uma periculosidade tão grande. Aquele tipo de criminoso que o nosso sistema ataca, persegue e coloca na prisão é um tipo de criminoso que, se fosse tratado de outra forma, ele não evoluía na universidade do crime. Uma pessoa que rouba um toca-



fitas de carro, talvez, se tivesse um tratamento diferenciado, ele mais tarde não se transformasse num homicida, num latrocida. Ele passa a ser um homicida e um latrocida a partir do momento em que passa a conviver com criminosos de alta periculosidade. O nosso sistema, no Maranhão, é rico nessa mistura, e essa mistura é danosa, tanto para a progressão social do detento como para a própria sociedade. Ela é uma ameaça à sociedade, porque aquele criminoso que foi preso porque roubou um toca-fitas de carro, depois de 3 anos em Pedrinhas, convivendo com aqueles outros apenados mais perigosos, ele já sai preparado para atacar um banco, fazer um assalto a banco, ele já vai matar, ele já vai roubar de outra forma, de uma maneira muito mais violenta. Então, esses estudos da democratização do sistema penal no mundo inteiro estão sendo feitos. Se você ligar a televisão no Brasil, é totalmente ao contrário do que, por exemplo, o Parlamento brasileiro discute. Hoje, no Parlamento brasileiro você vai encontrar projetos de lei que caminham no sentido inverso: diminuição da imputabilidade penal, agravamento dos delitos indiscriminadamente. Então, essa fundamentação teórica precisa ser buscada, e isso tem que ser uma preocupação no Congresso Nacional. Hoje, está em andamento uma reforma do Código de Processo Penal, em que se está estudando a abolição da prescrição retroativa. É a mesma mentalidade. É no sentido de manter as pessoas cada vez mais tempo dentro dos presídios. A questão do mutirão é um outro tema delicado no Estado do Maranhão. Por quê? Porque o mutirão, se ele não for bem pensado, ele é uma forma de disfarçar a obrigação do Estado de estruturar a Defensoria Pública. Isso é um sucedâneo da criação, da constituição, da estruturação da Defensoria Pública. De vez em quando se fez mutirão aqui no Estado do Maranhão. Ele só tem sentido se for uma articulação efetiva de várias instituições, principalmente do Poder Judiciário. O último mutirão eu participei. Qual era a maior dificuldade? As...